Lopes, Francisco

Working Paper

Novo austral na Argentina

Texto para discussão, No. 104

Provided in Cooperation with:
Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PUC/RJ

JULHO 1985

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 104

NOVO AUSTRAL NA ARGENTINA

Francisco Lafaiete Lopes

1. Introdução

O plano argentino de reforma econômica, anunciado pelo ministro Juan Sourrouille em 14 de junho último, define claramente uma opção pelo "choque heterodoxo" como estratégia de combate rápido e efetivo à inflação. O plano argentino é uma proposta de desinflação rápida da economia, apoiada num congelamento geral (ainda que temporário) de preços, salários e rendimentos e numa reforma monetária, com a criação de um novo padrão monetário cuja estabilidade o governo se compromete a defender a qualquer custo. Naturalmente, para que isto seja possível, torna-se necessário eliminar grandes distorções de preços porventura existentes antes do congelamento (de modo que o sistema de preços relativos que vai ser congelado temporariamente seja razoavelmente realista) e garantir a estabilidade da taxa de câmbio da nova moeda em relação ao dólar.

Ao contrário, entretanto, da nossa proposta para o Brasil, o plano argentino foi implementado de surpresa e sem qualquer negociação política prévia: de fato, o instrumento jurídico utilizado foi o decreto 1096 do poder executivo (equivalente a um decreto-lei brasileiro) de 14/6/85 que prescindiu de aprovação pelo congresso. É claro que, tendo em vista a gravidade da situação argentina, com uma inflação de 30% ao mês em processo de aceleração e um impasse nas negociações com o FMI e credores internacionais, esta tática de surpresa era não apenas a única viável mas também, o que é mais importante, possível de ser sustentada com um alto grau de legitimidade política.

2. Pontos Principais do Plano Argentino

O choque argentino foi executado através das seguintes principais medidas de política econômica:

a) Congelamento por tempo indeterminado de preços e salários. O congelamento de preços entrou em efeito na segunda-feira, dia 17 de junho de 1985, com base nos preços máximos vigentes à zero hora de quinta-feita anterior, dia 13 de junho. Os salários tiveram ainda um reajuste de 22,6% ao final de junho antes de serem congelados.

b) Introdução de uma nova moeda de curso legal, o Austral, que substituiu o peso argentino a uma taxa de conversão de mil pesos por austral. O governo anunciou sua firme intenção de não permitir a perda de poder aquisitivo da nova moeda, inclusive comprometendo-se a não emitir moeda para financiar o déficit público. Foi anunciado também que o austral terá uma paridade fixa de 0,80 centavos por dólar (ou 1,25 dólares por austral), que se considera um nível de taxa de câmbio adequado para as condições atuais das transações externas.

c) Medidas de transição na área financeira, com todos os depósitos em conta corrente no sistema bancário sendo convertidos em austrais no dia 15 de junho, à razão de mil pesos por austral. Para os depósitos a prazo e operações de empréstimo contratadas antes do dia 15 de junho a taxas de juros préfixadas permanecem em vigor as condições contratadas originalmente mas o pagamento das obrigações será feito em austrais, na data prevista de vencimento e de acordo com uma tabela oficial de taxas diárias de conversão de pesos em austrais. Esta tabela de conversão, cujo objetivo é descontar o efeito da expectativa inflacionária embutida nestes contratos a taxas de juros préfixadas, determina uma desvalorização diária da paridade entre pesos e austrais equivalente a uma desvalorização mensal de 30% . Todos os contratos indexados, de depósitos, empréstimos ou aluguéis, passam a vigorar em austrais a partir do dia 15 de junho, respeitando a taxa de conversão de mil pesos por austrais e mantendo as cláusulas de indexação originalmente contratadas. As taxas mensais de juros no segmento regulado do sistema financeiro (que corresponde a cerca de 40% do total de depósitos) foram fixadas em 4% e 6% respectivamente, para depósitos e empréstimos a 30 dias. (Estas taxas foram reduzidas no dia 29 de junho para 3,5% e 5%, respectivamente).

d) Medidas de contenção fiscal, que pretendem reduzir o déficit de caixa consolidado do setor público do nível de 11,5% do PIB observado em 1984 para cerca de 2,5% do PIB no segundo semestre de 1985. Este déficit residual será totalmente financiado por créditos externos, de modo que não haverá emissão monetária para financiar o déficit público. A intenção é somente permitir a expansão da base monetária em decorrência de aumento nas reservas internacionais do país.

3. O Congelamento de Preços e Salários

Não há dúvida que o congelamento de preços e salários — o chamado choque heterodoxo — foi o elemento chave do programa. Seu objetivo é eliminar o componente inercial da inflação, este mecanismo automático de transformação da inflação passada em inflação futura, que tende a se tornar dominante em processos inflacionários crônicos. Em boa parte o sucesso do plano será determinado pela capacidade de manter o congelamento por um período prolongado de tempo (seis meses, por exemplo) e de administrar o período de descongelamento (que convém fazer de forma gradual) de modo a impedir um repique inflacionário significativo.

Um pré-requisito óbvio para o sucesso do congelamento é que os preços relativos congelados sejam realistas e sustentáveis a médio prazo. Em vista disto o governo argentino promoveu alguns realinhamentos drásticos de preços antes do congelamento: foi feita uma desvalorização cambial compensada de 18%, aumentou-se o preço da carne em 50%, e os preços e tarifas públicas atingiram níveis que em média são 33% superiores aos do segundo semestre de 1984. O Quadro 1 ilustra alguns destes realinhamentos de preços.

É óbvio que estes movimentos bruscos de preços relativos teriam que produzir um choque inflacionário no período imediatamente anterior ao congelamento e, de fato, o custo de vida aumentou cerca de 30% em junho (a despeito do congelamento de preços a partir do dia 15) contra 25% no mês anterior.Co mo os salários foram congelados ao final de junho após um reajuste de 22,6%, fica claro que o salário real foi fixado a um nível inferior ao pico prévio anterior de salário real.

Isto pode ser melhor compreendido com o auxílio da Figura 1. Nesta figura estamos ilustrando a trajetória do salário real dia a dia, medido a preços do início de junho. Supondo que o nível inicial é igual a 100, e que os preços ao consumidor aumentaram 39% nas primeiras duas semanas do mês*/, chegamos ao nível de 72 no dia 15. Como a partir deste dia os preços foram congelados (e supõe-se que de fato permaneceram fixos) está claro que 72 é o nível mais baixo de salário real do mês de junho, permanecendo inalterado nas suas duas últimas semanas. O aumento de 22,6% ao final de junho eleva este salário real para 88, que é o nível que deverá permanecer se o congelamento for mantido. Isto corresponde a um nível de salário real cerca de 12% menor que o pico anterior de 100, obtido ao início de junho.

Pode-se observar, entretanto, que não ocorre perda de salário real em termos de valores médios mensais. Com os parâmetros da Figura 1 (que supõe variação ponto-a-ponto do custo de vida de 25% em maio e 39% nas primeiras duas semanas de junho) po

---

*/ O aumento do custo de vida em junho esta sendo estimado em 30%, mas esta variação é calculada em termos de média dos preços nas quatro semanas de junho contra igual média para maio. Para ser consistente com esta variação da média mensal, a inflação ponto-a-ponto nas duas primeiras semanas do mês tem que ser maior. Nossa estimativa de 39% baseia-se no fato que o índice de custo de vida em termos de média mensal deverá ainda apresentar uma variação de 7% em julho relativamente a junho.

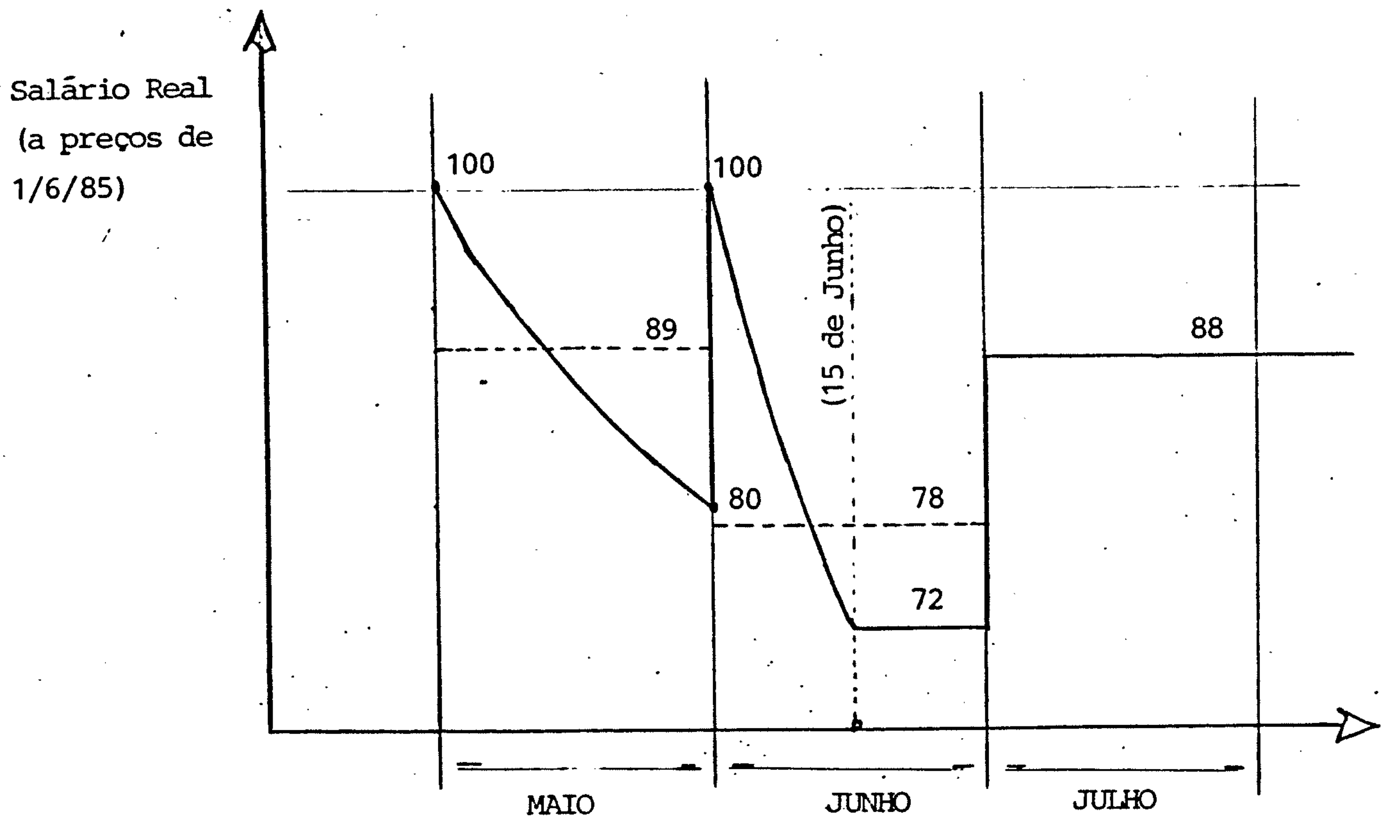
QUADRO 1

Alguns Aumentos de Preços entre 2 de Maio e 14 de Junho de 1985

Carne	157%
Taxi	119%
Óleo Combustível	95%
Dólar Paralelo	95%
Indice de Preços por Atacado	93%
Telefone	78%
Gasolina Comum	65%
Custo de Vida	61%
Reajuste Salarial (Pauta Salarial)	45%

FONTE: Clarin, 14/6/85 e 30/6/85

FIGURA 1
Congelamento Salarial



de-se calcular um salário real médio de 89 em maio e de 78 em junho, de onde se vê que o salário real congelado é apenas ligeiramente menor que o valor real médio de maio e cerca de 13% maior que o de junho*/

O congelamento salarial conseguiu, portanto, fixar o salario real pela média, e não pelo pico, evitando assim o risco de embutir uma pressão salarial não resolvida no sistema de preços congelado. Esta solução consistente para a questão do salário real parece, entretanto, ter resultado mais de um golpe de sorte que de um desígnio de política. Nos meses anteriores ao congelamento os reajustes salariais estavam sendo pautados pela regra de repassar 90% da variação do custo de vida no mês anterior. Desta forma o aumento de 25% do custo de vida em maio produziu, de acordo com a regra vigente, um reajuste de 22,6% dos salários ao final de junho. Como a inflação acelerou-se violentamente nos primeiros quinze dias do mês, em virtude dos realinhamentos de preços relativos mencionados anterior

---

*/ Para calcular este valores de salário real médio foi utilizada a seguinte fórmula, que relaciona o salário real médio v_m (calculado pela média aritmética e supondo variação contínua dos preços ao longo do mês) ao pico anterior de salário real v^*, quando a taxa de inflação acumulada dentro do mês é igual a p:

$$v_m = \frac{p}{(1+p)\ \log(1+p)}\ v^*$$

No caso do mês de juhno considerou-se a média simples entre a média aritmética igual a 85 para os primeiros quinze dias, calculada pela fórmula acima, e o valor estável de 72 que vigorou nos últimos quinze dias.

mente, este reajuste salarial foi a conta certa para restabelecer o salário real médio de maio.

4. A Transição no Sistema Financeiro

A maior dificuldade prática para a aplicação do congelamento geral de preços e salários está na área financeira, que em princípio não está preparada para uma queda abrupta do rítmo inflacionário, podendo ser levada a uma situação perigosa de insolvência generalizada. Este risco, entretanto, foi brilhantemente eliminado na reforma argentina pelo mecanismo da escala de conversão entre pesos futuros e austrais.

A desinflação causa problemas somente para as transações financeiras contratadas a taxas de juros préfixadas. No caso das operações com correção monetária não há problema: os parâmetros contratuais estão definidos em termos reais, e tudo que a desinflação pode fazer é alterar a correção monetária. Isto porém não acontece no caso das operações contratadas com taxas de juros nominais préfixadas. Nestes casos a operação tipicamente embute uma expectativa inflacionária e alguma provisão para uma variança moderada da taxa de inflação (o que se poderia chamar de um prêmio de risco). Se a expectativa inflacionária revelar-se dramaticamente errada, a operação implicará em transferência maciça de renda real do devedor para o credor, podendo criar uma situação de inadimplência.

No caso argentino, por exemplo, o sistema financeiro estava operando antes do congelamento com taxas nominais préfixadas para depósitos e operações de empréstimo a 30 dias acima de 40% ao mês, o que naturalmente tinha embutido uma expectativa inflacionária de pelo menos 30% ao mês. Com a taxa de inflação caindo instantâneamente para próximo de zero (digamos 1 a 2% ao mês para os preços por atacado), estas operações teriam rendido taxas reais de juros superiores a 40% ao mês (cerca de 5500% ao ano), o que implicaria em enormes ganhos e perdas de capital.

Uma solução possível para este problema seria a recontratação forçada de todas as operações financeiras deste tipo, com o objetivo de atualizar suas taxas nominais às novas expectativas inflacionárias, mas isto seria obviamente difícil de implementar na prática. A solução argentina foi muito mais simples e perfeita: mantém-se os parâmetros contratuais originais em termos de pesos argentinos a serem pagos em datas futuras, mas estabelece-se uma escala de conversão diária entre pesos futuros e australes, que leva em conta o fato de que antes do congelamento havia uma expectativa generalizada de 30% de inflação ao mês. Ou seja, a escala de conversão confirma a expectativa média de que o peso iria desvalorizar-se à taxa mensal de 30% relativamente a qualquer padrão monetário estável (como ativos físicos, o dólar e, agora, o austral).

Em termos práticos a escala de conversão estipulou que, partindo da paridade de mil pesos por austral, válida para o dia 15 de junho, a taxa de conversão entre pesos futuros e australes pode ser obtida supondo uma desvalorização diária do peso de 0,8524% (que corresponde aproximadamente a 30% ao longo de um mês de 31 dias). Assim, por exemplo, uma operação que contemplava um pagamento em pesos no dia 20 de julho — portanto 35 dias depois do congelamento — tem que ser convertida em austrais à taxa de conversão apropriada para pesos futuros do dia 20 de julho, ou seja, à taxa de(1,008524 elevado a 35 vezes 1000) = 1345,926 pesos por austral.

O outro aspecto da transição financeira que merece ser mencionado é a fixação das taxas de juros nominais no segmento controlado do mercado após o congelamento. O problema aqui é que, como se está tentanto produzir uma quebra drástica na tendência inflacionária, que em princípio pode ou não dar bom resultado, fica difícil para os agentes econômicos formar uma expectativa firme da inflação futura e como consequência é necessário pagar um prêmio de risco elevado para sustentar um fluxo regular destas operações financeiras com taxas de juros regulados e impedir uma fuga defensiva para os mercados com taxas de retorno nominal flutuante (como o dólar, por exemplo) . Esta é a rationale por trás das taxas de juros nominais de 4% e 6% fixadas inicialmente (mas reduzidas após duas semanas para 3,5% e 5%) para, respectivamente, depósitos e empréstimos a 30 dias. A medida que o congelamento demonstre na prática sua efetividade, o prêmio de risco nas operações com taxas de juros préfixadas deverá baixar, permitindo a fixação de taxas de juros reais menores nestas operações reguladas.

5. A Contenção Fiscal

O sucesso de curto prazo do plano argentino depende de basicamente da efetividade do congelamento de preços e salá rios e da mobilização psicológica produzida pela reforma monetária mas sua sustentação a médio e longo prazo depende também de três outros elementos:

a) da capacidade política do governo em manter sob controle o componente de conflito social da inflação, que deve manifestar-se principalmente na reinvidicação de reposição plena dos picos prévios de salário real;

b) da adequabilidade dos preços relativos, obtidos com o realinhamento de preços anterior ao choque, para viabilizar um desenvolvimento equilibrado e saudável da economia a médio e longo prazo; e

c) da redução do déficit público a níveis compatíveis com um regime de estabilidade de preços.

Um dos elementos básicos da hetedodoxia do plano argentino é a suposição de que a contenção do déficit público não é um fator instrumental para a desinflação abrupta que se pretende obter. Após a estabilização, entretanto, é óbvio que o déficit público deve ter uma dimensão adequada para uma economia não-inflacionária, ou seja, algo como 2% a 3% do PIB se observarmos o que acontece nas economias com longa experiência de estabilidade de preços. Em relação à concepção ortodoxa da política de estabilização há aqui uma fundamental inversão tática: ao invés de reduzir o déficit público para combater a inflação o que se pretende é combater a inflação (via congelamento) para em seguida reduzir o déficit. O plano argentino é uma demonstração eloquente de como a decisão política de aplicar o choque heterodoxo torna as medidas de contenção gradual do déficit tecnicamente mais simples e politicamente mais aceitáveis.

A meta fiscal do programa argentino contempla uma redução do déficit de caixa consolidado do setor público para 2,5% do PIB no segundo semestre de 1985. O Quadro 2 apresenta os números relativos à evolução do déficit desde 1983. Para viabilizar esta meta será necessário cortar em 6,4 pontos de percentagem o déficit do setor não-financeiro como porcentagem do PIB e em 4 pontos de percentagem o déficit operacional do banco central,com uma redução total de 10,4 pontos de percentagem do PIB no déficit consolidado. Para o setor público não-financeiro isto deverá significar um corte de 8% nas despesas (igual a 2,5% pontos de percentagem do PIB) e um aumento de 19% nas receitas (igual a 3,9 pontos de percentagem do PIB). A nível de detalhe pode-se identificar as seguintes principais medidas de contenção fiscal:

a) Aumento da receita fiscal em 2,5 pontos de percentagem do PIB, obtida em três frentes; (1ª) cerca de meio ponto de percentagem do PIB através do aumento da receita do imposto de importação em decorrência da desvalorização cambial de 18% e da criação de um novo imposto sobre transações bancárias (semelhante ao nosso IOF); (2ª) cerca de meio ponto adicional de % do PIB através do aumento da receita do imposto sobre combustíveis em decorrência do realinhamento dos preços dos derivados do petróleo; e (3ª) cerca de 1,5 pontos de % do PIB através do esquema de poupança obrigatória que envolve depósitos compulsórios em 1985 e 1986 de pessoas físicas e jurídicas contribuintes dos impostos sobre a renda, sobre o capital e sobre o patrimônio líquido e que serão devolvidos num prazo de 60 meses após cada

QUADRO 2

Evolução do Déficit Público em Percentagens do PIB

(conceito de caixa)

Ano (trimestre)	Setor Público não-Financeiro			Resultado Operacional do Banco Central	Déficit Consolidado
	Receita	Despesa	Déficit(-)		
1983: (I)	19,4	25,1	-5,7	-0,3	-6,0
(II)	22,7	29,4	-6,7	-1,4	-8,1
(III)	23,0	32,1	-9,1	-0,5	-9,6
(IV)	20,8	36,9	-16,1	-1,4	-17,5
Média 1983	21,5	32,8	-11,3	-1,1	-12,4
1984: (I)	20,1	29,5	-9,4	-3,4	-12,8
(II)	20,4	30,9	-10,5	-2,2	-12,7
(III)	21,4	27,8	-6,7	-3,1	- 9,8
(IV)	22,9	31,8	-8,9	-2,3	-11,2
Média 1984	21,8	30,4	-8,6	-2,7	-11,3
1985: (I)	19,4	28,8	-9,4	-2,9	-12,3
(II)	22,9	30,9	-8,0	-5,6	-13,6
Média do 1º semestre	21,2	29,9	-8,7	-4,2	-12,9
Média do 2º semestre (projeção do autor)	25,1	27,4	-2,3	-0,2	-2,5

FONTE: BCRA

depósito com correção monetária de 90% da variação no período do índice de preços por atacado*/.

b) Redução do déficit de caixa das empresas estatais em 2 pontos de % do PIB, obtida através de um aumento real médio de 33% dos preços públicos em relação aos níveis praticados no segundo semestre de 84. O realinhamento de preços anterior ao congelamento deverá ter permitido aumentos (em relação ao segundo semestre de 84) de 50% para os derivados de petróleo, 34% para os serviços postais, 26% para o gás natural, 25% para as tarifas de eletricidade, 20% para os telefones e 18% para o transporte aéreo e ferroviário.

c) Eliminação da transferência de meio ponto de % do PIB do banco central ao sistema de previdência social. Esta transferência é a parte do déficit do sistema de previdência que não é coberta pelas transferências normais de receita tributária, instituídas após à eliminação em 1981 do imposto de 15% sobre a folha de pagamento.

d) Redução em 1 ponto de % do PIB nas despesas de custeio da Administração Nacional e das estatais através de uma queda de 15% da folha total de pagamentos de salários em decorrência principalmente da proibição de novas contratações.

*/ Estes depósitos compulsórios serão baseados nas declarações de imposto para o ano fiscal de 1984. Os contribuintes deverão recalcular seus impostos devidos, eliminando algumas deduções e incentivos fiscais, e sobre este valor aplicar 30% no caso de empresas e 40% no caso de pessoas físicas. Este valor, atualizado pelo índice de preços por atacado entre novembro de 1984 e o mês de 1985 a ser fixado pelas autoriadades, definirá a poupança obrigatória a ser depositada tanto em 1985 como em 1986.

e) Redução em cerca de meio ponto de % do PIB das transferências diretas para as províncias o que deverá ser com - pensado por aumento equivalente nas tranferências em esquema de "revenue sharing" em decorrência do crescimento na receita tributária total do governo.

f) Redução em 4 pontos de % do PIB do déficit operacional do banco central através da eliminação do componente de correção monetária sobre a dívida pública em decorrência do congelamento de preços.

Vale a pena enfatizar o fato de que esta contenção fiscal de 10,5 pontos de % do PIB foi em grande parte viabilizada pela própria decisão de atacar a inflação através de um choque heterodoxo. O realinhamento de preços públicos anterior ao congelamento produziu diretamente 2 pontos de % do PIB de contenção no déficit das estatais e viabilizou indiretamente outro ponto de % adicional de aumento de receita dos impostos de importação e sobre combustíveis. A própria elimina - ção rápida da inflação deverá contribuir com outros 4 pontos de % do PIB nos encargos de correção monetária da dívida pública. São portanto cerca de 7 pontos de % do PIB de contenção fiscal que decorrem exclusivamente da política de combate à inflação via congelamento de preços.

6. Política Monetaria

A condução da política monetária é a parte mais obscura do programa argentino. Foi anunciado que a emissão monetária não será utilizada para financiar o déficit residual de 2,5% do PIB, que se pretende cobrir com créditos externos. Na medida porém em que estes recursos externos impliquem num aumento das reservas internacionais poderá haver uma emissão "lastreada", o que aliás pode ser indispensável para o sucesso do programa. A experiência histórica demonstra claramente que quando um processo hiperinflacionário termina abruptamente (como de fato todos sempre terminaram) segue-se um período de vários meses em que a liquidez real da economia aumenta significativamente. No caso da hiperinflação alemã, por exemplo, os preços praticamente se estabilizaram entre dezembro de 1923 e setembro de 1924 (após terem aumentado 30000% ao mês em outubro de 23) enquanto a circulação de notas aumentou à taxa de 13% ao mês ao longo do mesmo período. Outro exemplo é dado pela hiperinflação austríaca de 21-23: nos nove meses posteriores à estabilização de outubro de 22 a taxa de inflação foi nula em média (a despeito do nível de 100% ao mês alcançado em agosto e setembro de 23) enquanto a quantidade de moeda aumentou cerca de 10% ao mês.

Este fenômeno pode ser facilmente compreendido. A queda rápida da inflação e das expectativas inflacionárias produz um aumento da demanda por moeda que, com preços estáveis, só pode ser atendido pela emissão monetária. Se nesta situação o banco central decidir congelar o estoque nominal de moeda, as taxas reais de juros serão pressionadas para cima e a economia tenderá a entrar em recessão. Estas observações indicam que a condução da política monetária na transição para uma economia estabilizada não é problema simples: como balizar a emissão monetária neste caso?

A solução parece óbvia: se os preços estão realmente congelados qualquer variação na demanda por moeda se refleti rá na taxa de juros e, portanto, uma política de emissão monetária visando manter estável a taxa de juros (num mercado não-regulado) é suficiente para manter um suprimento adequado de liquidez real em face de uma demanda de moeda em expansão. Esta linha de política requer, porém, uma elevada dose de confiança da autoridade monetária na efetividade do congelamento de preços e na credibilidade do programa de estabilização.

No caso argentino a postura inicial das autoridades em relação à política monetária tem sido cautelosa e permeada por uma retórica de grande austeridade. Decretou-se, por exemplo, um congelamento pelos primeiros quinze dias do programa dos valores nominais por tomador das linhas de crédito internas nos bancos comerciais e o objetivo parece ser o de liberar estes limites sobre o crédito interno apenas de forma gradual*/. A restrição ao crédito foi adotada também com o intento de dificultar a especulação em dólar contra o austral e forçar o setor privado a desovar parte de seus encaixes especulativos em moeda estrangeira.

7. Vai Funcionar?

No momento que escrevemos o plano argentino está em operação por apenas três semanas o que torna difícil qualquer avaliação de seus resultados. De fato, o sucesso de um programa de estabilização deste tipo só pode realmente ser avaliado após

---

*/ Em 29/6/85 permitiu-se um aumento de 2% no valor nominal de cada linha de crédito.

um período de vários meses e, principalmente, a partir do momento em que os preços começarem a ser liberados da regra de congelamento. A despeito disso, o comportamento da economia nos primeiros dias do pós-choque parece encorajador. Os mercados financeiros absorveram as medidas drásticas do plano com tranquilidade, o congelamento de preços parece estar funcionando na prática e não há ameaça visível de desestabilização na área sindical.

Num horizonte de curto prazo é possível identificar duas dificuldades que precisam ser contornadas. Uma delas é o comportamento da taxa de câmbio no mercado paralelo. Nos primeiros dias do congelamento a cotação do dólar no paralelo caiu até 0,77 centavos de austral, em contraste com a paridade oficial de 0,80, mas ao final da terceira semanda o câmbio paralelo estava em torno de 0,93 por dólar. O risco é naturalmente é que este prêmio de 17% do dólar livre sobre o oficial seja interpretado como uma evidência de perda de confiança dos "mercados" na viabilidade do programa.

De fato, o fenômeno pode ter uma explicação bem mais simples. Ao fixar uma rentabilidade de 4% sobre os depósitos de 30 dias (reduzida para 3,5% em 19/6/85) as autoridades argentinas criaram um forte incentivo para a entrada de "hot money" no país. Afinal, com a taxa de câmbio congelada, isto significa uma rentabilidade de 4% ao mês (ou 60% ao ano) em dólar, o que certamente é um excelente investimento. A única dificuldade para concretizar este tipo de operação é o prazo mínimo de 180 dias (aumentado para 360 dias em 2/7/85) para a permanência do capital financeiro internacional no país. É óbvio porém que existe amplo espaço para operações de arbitragem, possivelmente com o hot-money entrando legalmente no país e saindo via mercado paralelo. O resultado é uma pressão altista na taxa de câmbio do mercado paralelo que, provavelmente, só poderá ser eliminada com a redução da taxa de juros interna para um nível compatível com o praticado no mercado financeiro internacional (algo como 0,5% a 1% ao mês).

A outra dificuldade é o comportamento do índice de preços ao consumidor em julho. O Quadro 3 apresenta algumas taxas mensais observadas e estimadas de variação nos preços ao consumidor e por atacado em 1985. O ponto que queremos destacar é que mesmo que a inflação medida a preços por atacado caia abruptamente dos quase 50% de julho para 1% em julho, o índice de preços ao consumidor ainda apresentará uma variação da ordem de uns 7,5% ao mês em julho. Não é difícil imaginar as dificuldades que podem resultar deste número, particularmente na área sindical.

Na realidade, porém, este aumento ainda acentuado do custo de vida em julho é um efeito meramente estatístico que será produzido mesmo que todos os preços ao consumidor permaneçam totalmente congelados ao longo do mês. Este problema de rigidez estatística pode ser melhor compreendido com o auxílio da Figura 2. Ao contrário do índice de preços por atacado, que é calculado ponto-a-ponto com base numa coleta de preços que fecha no dia 15 de cada mês, o índice de preços ao consumidor é calculado pela média dos preços coletados em cada uma das quatro semanas anteriores à última semana de cada mês. Entende-se

QUADRO 3

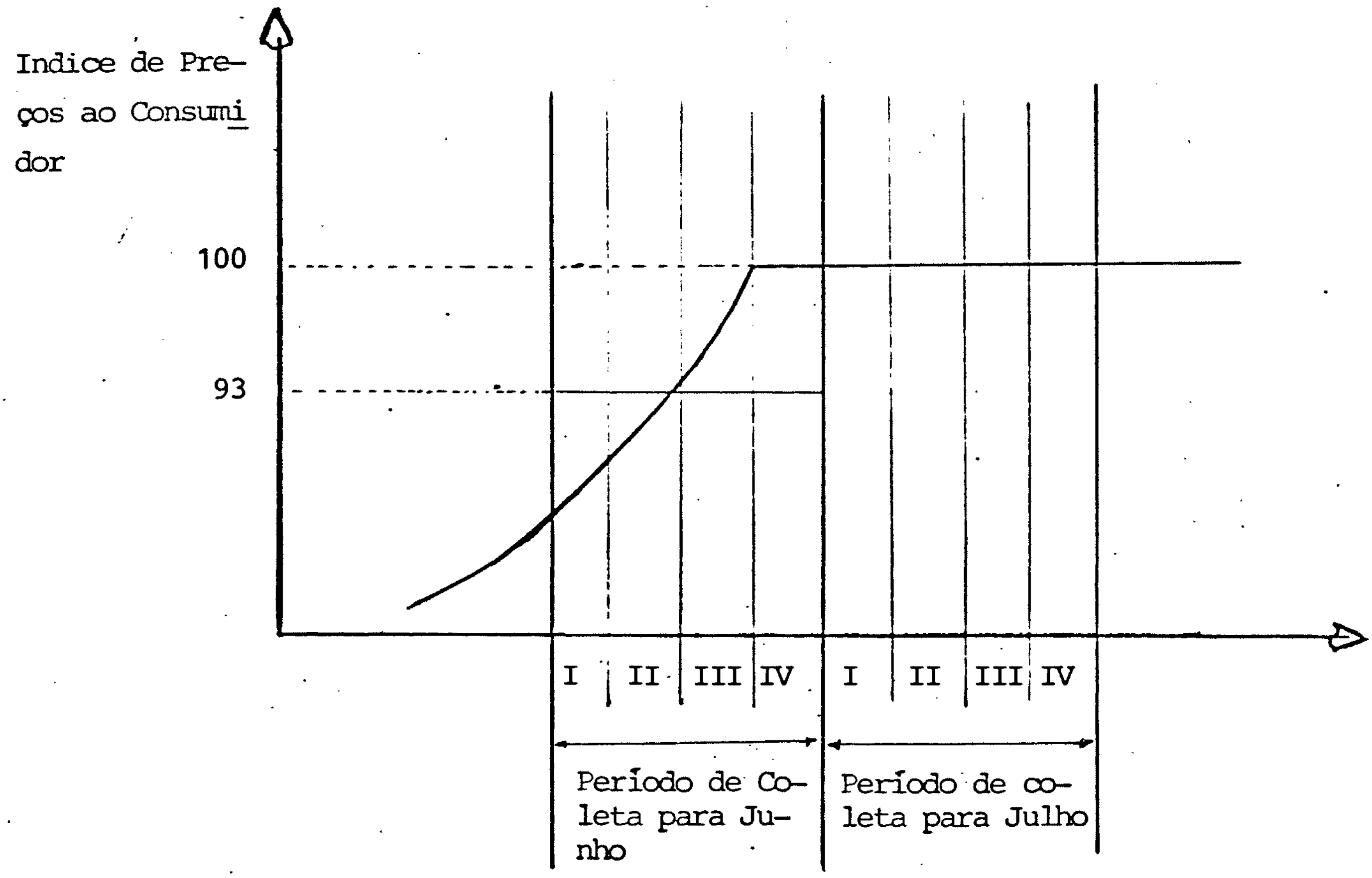
TAXAS MENSAIS DE INFLAÇÃO EM 1985 (%)

Mês	Preços ao Consumidor	Preços por Atacado
Janeiro	25,1	20,9
Fevereiro	20,7	17,6
Março	26,5	27,4
Abril	29,5	31,3
Maio	25,1	31,2
Junho (*)	29,0	47,0
Julho (*)	7,5	1,0

(*) Estimativas

FIGURA 2

Rigidez Estatística no Indice de Preços ao Consumidor



portanto que, com o congelamento de preços entrando em vigor no dia 15 de junho, pode-se esperar uma queda vertiginosa na taxa de variação dos preços por atacado em julho.

No caso dos preços ao consumidor, entretanto, o congelamento só passou a ser relevante a partir da última semana do período em que são coletados os preços para o cálculo do índice de junho. O resultado, como está ilustrado na figura, é que o índice da média de quatro semanas para junho será cerca de 7% inferior ao mesmo índice para julho, mesmo que ocorra uma perfeita estabilidade dos preços ao consumidor após o congelamento. Este efeito de rigidez estatística só poderá ser evitado se a metodologia de cálculo do índice de preços ao consumidor for modificada, passando-se a calcular a variação ponto-a-ponto entre por exemplo a penúltima semana de cada mês. De qualquer forma seria aconselhável neste caso a publicação dos índices semanais (ou pelo menos quinzenais) de custo de vida, de modo a evidenciar a real desaceleração do processo inflacionário após o início do programa.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Departamento de Economia - PUC/RJ

1983/1985

40. Lara Resende, A. "A Crise no Mercado Internacional de Crédito e o Endividamento Externo do Brasil: Uma Avaliação da Situação Atual".

41. Arida, P. "Minorias Desafortunadas e Minorias Afluentes: Uma Nota Sobre o o Caráter Bilateral da Discriminação".

42. Bacha, E.L. "Complementação versus Integração: Estilos Latino-americanos de Abertura Financeira ao Exterior".

43. Werneck, R.F. "Expansão de Exportações, Substituição de Importações e Crescimento Setorial: A Experiência dos Anos 70".

44. Fritsch, W. "Latin American Exports and U.S. New Protectionism:A Retrospect and an Agenda for Negotiations in the Eighties".

45. Modiano, E.M. "A Dinâmica de Salários e Preços na Economia Brasileira:1966/81".

46. Camargo, J.M. e F.L.P. Serrano; "Os Dois Mercados: Homens e Mulheres na Indústria Brasileira".

47. Arida, P. "Asfixia Cambial e Balança Comercial - I. A Economia Planificada".

48. Werneck, R.L.F. "A Multisectoral Analysis of the Structural Adjustment of the Brazilian Economy in the 1980's".

49. Modiano, E.M. "Consequências Macroeconômicas da Restrição Externa de 1983: Simulações com um Modelo Econométrico para a Economia Brasileira".

50. Camargo, J.M. "Salário Real e Indexação Salarial no Brasil 1969/1981".

51. Frenkel, R. "La Dinamica de Los Precios Industriales en la Argentina 1966-1982: un Estudio Econometrico".

52. Modiano, E.M. "Energia e Economia: Um Modelo Integrado para o Brasil".

53. Carneiro, D.D. e Armínio F. Netto; "Política Monetária e Endogeneidade dos Agregados Monetários: Nota sobre a Evidência Empírica nos Anos 70".

54. Arida, P. "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica".

55. Carneiro,D.D. e E.M. Modiano; "Inflação e Controle do Déficit Público: Análise Teórica e Algumas Simulações para a Economia Brasileira".

56. Abreu, M.P. "Anglo-Brazilian Sterling Balances: 1940-1952".

57. Abreu, M.P. "Argentina and Brazil During the 1930s: The Impact of British and American International Economic Policies".

58. Arida, P. "Social Differenciation and Economic Theory".

59. Lopes, F.L.P. "Política Salarial e a Dinâmica do Salário Nominal: Notas Pre liminares".

60. Correa do Lago,L.A. "Controle Quantitativo e Seletivo do Crédito: Aspectos Teóricos e a Experiência Recente do Brasil".

61. Lopes, F.L. "Política Salarial, Inflação e Salário Real: Um Exercício de Si mulação".

62. Fritsch, W. "Brazil and the Great War, 1914-1918".

63. Arida, P. e A.L. Resende; "Recession and the Rate of Interest: A Note on the Brazilian Economy in the 1980's".

64. Abreu, M.P. "Notas Sobre Algumas Fontes Primárias Estrangeiras para a Histó ria Econômica Brasileira".

65. Arida, P. e E. Bacha; "Balanço de Pagamentos: Uma Análise de Desequilíbrio para Economias Semi-Industrializadas".

66. Lopes, F.L. "Sistemas Alternativos de Política Salarial".

67. Camargo, J.M. "Minimum Wage in Brazil: Theory, Policy and Empirical Evidence".

68. Modiano, E.M. "Elasticidades-Renda e Preços da Demanda de Energia Elétrica no Brasil".

69. Arida, P. "Cournot: Epistemologia e Análise Econômica" (Um Ensaio Didático).

70. Modiano, E.M. "Salários, Preços e Câmbio: Os Multiplicadores dos Choques numa Economia Indexada".

71. Abreu, M.P. e W. Fritsch; "The Concept of "Graduation" of Developing Countries: Its Genesis in Multilateral Organizations, <u>a priori</u> Criticisms and an Estimate of the Costs of its Application in the Case of Brazil".

72. Mascolo, J.L. e H.C. Braga; "Características Tecnológicas do Setor Industri al Exportador".

73. Bacha, E. "External Shocks and Growth Prospects: the Case of Brazil, 1973-1989"

74. Bacha, E. "Latin America's Debt: a reform proposal".

75. Lara Resende, A. "A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial".

76. Correa do Lago, L.A. "A Dívida Externa Brasileira e o Endividamento Global dos Países em Desenvolvimento: Experiência Recente e Perspectivas de Reescalonamento".

77. Lopes, F.L. "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas".

78. Modiano, E.M. e D.D. Carneiro; "A Mágica do Novo Cruzeiro e a Geração da Nova Inflação".

79. Werneck, R.F. "Uma Análise do Financiamento e dos Investimentos das Empresas Estatais Federais no Brasil, 1980-83".

80. Bacha, E. e P. Malan, "Brazil's Debt: From the Miracle to the Fund".

81. Lara Resende, A. "A Moeda Indexada: Nem Mágica nem Panacéia".

82. Bacha, E. "O Fim da Inflação no Reino de Lisarb".

83. Abreu, M.P. "A Dívida Pública Externa do Brasil, 1824-1931".

84. Arida, P. "Economic Stabilization in Brazil".

85. Arida, P. e A. Lara Resende; "Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil".

86. Carneiro, D.D.; "O Conceito de Liquidez e o Comportamento de Alguns Indicadores para a Economia Brasileira".

87. Arida, P. "Macroeconomic Issues for Latin America".

88. Carneiro, D.D. "Growth Perspectives for Indebted Latin America: A Note on Major Issues".

89. Correa do Lago, L.A. "O Surgimento da Escravidão e a Transição para o Trabalho Livre no Brasil: Um Modelo Teórico Simples e uma Visão de Longo Prazo".

90. Lopes, F.L. e E. Modiano; "Determinantes Externos e Internos da Atividade Econômica no Brasil".

91. Werneck, R.L.F. "A Questão do Controle da Necessidade de Financiamento das Empresas Estatais e o Orçamento de Dispêndios Globais da SEST".

92. Fraga Neto, A. "German Reparations and the Brazilian Debt Crisis: A Comparative Study of International Lending and Adjustment".

93. Werneck, R.L.F. "Empresas Estatais, Controle de Preços e Contenção de Importações".

94. Modiano, E.M. "O Repasse Gradual: Da Inflação Passada aos Preços Futuros".

95. Fraga Neto, A. "Price Uncertainty and the Exchange-Rate Risk Premium".

96. Fraga Neto, A. "Indexation and Inflation in Brazil".

97. Bacha, E. "The Future Role of the International Monetary Fund in Latin America: Issues and Proposals".

98. Fraga Neto, A. e A. Lara-Resende; "Déficit, Dívida e Ajustamento: Uma Nota sobre o Caso Brasileiro".

99. Modiano, E.M. "A Inflação e a Moeda Indexada".

100. Bacha, E.L. e R.E. Feinberg; "The World Bank and Structural Adjustment in Latin America".

101. Camargo, J.M. "NRB Products Boom and Industrial Growth in Brazil: 1967-1980".

102. Bacha, E. "Banco Mundial: Um Memorando Brasileiro".

103. Camargo, J.M. "Política de Renda e Ajuste Macroeconômico".

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

PUC/RJ

JULHO 1985

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 105

BRAZIL'S FOREIGN BORROWING FROM MULTILATERAL AND GOVERNMENTAL AGENCIES: AN OVERVIEW OF PAST EXPERIENCE AND THE PRESENT CHALLENGE*

Marcelo de Paiva Abreu**
e
Winston Fritsch**

*This is a provisional draft. Please do not quote. The authors would like to thank the valuable assistance of Renato da Fonseca in the preparation of this study and acknowledge the support of the FORD Foundation.

**Department of Economics, Catholic University, Rio de Janeiro.

Contents

1. Introduction

This paper evaluates the challenge imposed on multilateral and government financial agencies by changed conditions in the international financial markets in the light of their previous experience in Brazil.

The paper is divided into three sections, besides this introduction. In the second section the role of these agencies is examined in the context of the evolution of Brazil's foreign borrowing requirements. A first subsection deals with the pre-1945 experience. The second subsection examines the post-war period defining three different phases in terms of the role of these agencies in the accommodation of balance of payments difficulties: a first period until 1955 when the collaboration of these agencies was vital to solve Brazil's balance of payments difficulties and was interrupted by political reasons; a second period until 1967 marked by the increased importance of suppliers' credits then by the use of US bilateral economic assistance and the return of the World Bank to the Brazilian scene and, finally, a third period when it was possible for Brazil to borrow in private financial markets with the consequent relative reduction in the importance of multilateral and government agencies.

In the third section the experience of some of the main financial agencies in Brazil is dealt with: the U.S.Eximbank, the World Bank and the Inter American Development Bank. Aspects related to the distribution of lending over time, relative cost of borrowing in relation to alternative sources and sectoral distribution of loans are discussed.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Departamento de Economia - PUC/RJ

1983/1985

40. Lara Resende, A. "A Crise no Mercado Internacional de Crédito e o Endividamento Externo do Brasil: Uma Avaliação da Situação Atual".

41. Arida, P. "Minorias Desafortunadas e Minorias Afluentes: Uma Nota Sobre o o Caráter Bilateral da Discriminação".

42. Bacha, E.L. "Complementação versus Integração: Estilos Latino-americanos de Abertura Financeira ao Exterior".

43. Werneck, R.F. "Expansão de Exportações, Substituição de Importações e Crescimento Setorial: A Experiência dos Anos 70".

44. Fritsch, W. "Latin American Exports and U.S. New Protectionism:A Retrospect and an Agenda for Negotiations in the Eighties".

45. Modiano, E.M. "A Dinâmica de Salários e Preços na Economia Brasileira:1966/81".

46. Camargo, J.M. e F.L.P. Serrano; "Os Dois Mercados: Homens e Mulheres na Indústria Brasileira".

47. Arida, P. "Asfixia Cambial e Balança Comercial - I. A Economia Planificada".

48. Werneck, R.L.F. "A Multisectoral Analysis of the Structural Adjustment of the Brazilian Economy in the 1980's".

49. Modiano, E.M. "Consequências Macroeconômicas da Restrição Externa de [illegible]: Simulações com um Modelo Econométrico para a Economia Brasileira".

50. Camargo, J.M. "Salário Real e Indexação Salarial no Brasil [illegible]".

51. Frenkel, R. "La Dinamica de Los Precios Industriales en la Argentina 1966-1982: un Estudio Econometrico".

52. Modiano, E.M. "Energia e Economia: Um Modelo Integrado para o Brasil".

53. Carneiro, D.D. e Armínio F. Netto; "Política Monetária e Endogeneidade dos Agregados Monetários: Nota sobre a Evidência Empírica nos Anos 70".

54. Arida, P. "A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica".

55. Carneiro,D.D. e E.M. Modiano; "Inflação e Controle do Déficit Público: Análise Teórica e Algumas Simulações para a Economia Brasileira".

56. Abreu, M.P. "Anglo-Brazilian Sterling Balances: 1940-1952".

57. Abreu, M.P. "Argentina and Brazil During the 1930s: The Impact of British and American International Economic Policies".

58. Arida, P. "Social Differenciation and Economic Theory".

59. Lopes, F.L.P. "Política Salarial e a Dinâmica do Salário Nominal: Notas Preliminares".

60. Correa do Lago, L.A. "Controle Quantitativo e Seletivo do Crédito: Aspectos Teóricos e a Experiência Recente do Brasil".

61. Lopes, F.L. "Política Salarial, Inflação e Salário Real: Um Exercício de Simulação".

62. Fritsch, W. "Brazil and the Great War, 1914-1918".

63. Arida, P. e A.L. Resende; "Recession and the Rate of Interest: A Note on the Brazilian Economy in the 1980's".

64. Abreu, M.P. "Notas Sobre Algumas Fontes Primárias Estrangeiras para a História Econômica Brasileira".

65. Arida, P. e E. Bacha; "Balanço de Pagamentos: Uma Análise de Desequilíbrio para Economias Semi-Industrializadas".

66. Lopes, F.L. "Sistemas Alternativos de Política Salarial".

67. Camargo, J.M. "Minimum Wage in Brazil: Theory, Policy and Empirical Evidence".

68. Modiano, E.M. "Elasticidades-Renda e Preços da Demanda de Energia Elétrica no Brasil".

69. Arida, P. "Cournot: Epistemologia e Análise Econômica" (Um Ensaio Didático).

70. Modiano, E.M. "Salários, Preços e Câmbio: Os Multiplicadores dos Choques numa Economia Indexada".

71. Abreu, M.P. e W. Fritsch; "The Concept of "Graduation" of Developing Countries: Its Genesis in Multilateral Organizations, a priori Criticisms and an Estimate of the Costs of its Application in the Case of Brazil".

72. Mascolo, J.L. e H.C. Braga; "Características Tecnológicas do Setor Industrial Importador".

73. Bacha, E. "External Shocks and Growth Prospects: the Case of Brazil, 1973-1982"

74. Bacha, E. "Latin America's Debt: a reform proposal".

75. Lara Resende, A. "A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial".

76. Correa do Lago, L.A. "A Dívida Externa Brasileira e o Endividamento Global dos Países em Desenvolvimento: Experiência Recente e Perspectivas de Reescalonamento".

77. Lopes, F.L. "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas".

78. Modiano, E.M. e D.D. Carneiro; "A Mágica do Novo Cruzeiro e a Geração da Nova Inflação".

79. Werneck, R.F. "Uma Análise do Financiamento e dos Investimentos das Empresas Estatais Federais no Brasil, 1980-83".

80. Bacha, E. e P. Malan, "Brazil's Debt: From the Miracle to the Fund".

81. Lara Resende, A. "A Moeda Indexada: Nem Mágica nem Panacéia".

82. Bacha, E. "O Fim da Inflação no Reino de Lisarb".

83. Abreu, M.P. "A Dívida Pública Externa do Brasil, 1824-1931".

84. Arida, P. "Economic Stabilization in Brazil".

85. Arida, P. e A. Lara Resende; "Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil".

86. Carneiro, D.D.; "O Conceito de Liquidez e o Comportamento de Alguns Indicadores para a Economia Brasileira".

87. Arida, P. "Macroeconomic Issues for Latin America".

88. Carneiro, D.D. "Growth Perspectives for Indebted Latin America: A Note on Major Issues".

89. Correa do Lago, L.A. "O Surgimento da Escravidão e a Transição para o Trabalho Livre no Brasil: Um Modelo Teórico Simples e uma Visão de Longo Prazo".

90. Lopes, F.L. e E. Modiano; "Determinantes Externos e Internos da Atividade Econômica no Brasil".

91. Werneck, R.L.F. "A Questão do Controle da Necessidade de Financiamento das Empresas Estatais e o Orçamento de Dispêndios Globais da SEST".

92. Fraga Neto, A. "German Reparations and the Brazilian Debt Crisis: A Comparative Study of International Lending and Adjustment".

93. Werneck, R.L.F. "Empresas Estatais, Controle de Preços e Contenção de Importações".

94. Modiano, E.M. "O Repasse Gradual: Da Inflação Passada aos Preços Futuros".

95. Fraga Neto, A. "Price Uncertainty and the Exchange-Rate Risk Premium".

96. Fraga Neto, A. "Indexation and Inflation in Brazil".

97. Bacha, E. "The Future Role of the International Monetary Fund in Latin America: Issues and Proposals".

98. Fraga Neto, A. e A. Lara-Resende; "Déficit, Dívida e Ajustamento: Uma Nota sobre o Caso Brasileiro".

99. Modiano, E.M. "A Inflação e a Moeda Indexada".

100. Bacha, E.L. e R.E. Feinberg; "The World Bank and Structural Adjustment in Latin America".

101. Camargo, J.M. "NRB Products Boom and Industrial Growth in Brazil: 1967-1980".

The final section includes a synthetic conclusion based on past experience and examines the importance of these agencies financial collaboration for the stability of the Brazilian balance of payments in the future and, in the last instance, for the achievement of minimum growth targets defined exogenously.

2. The pattern of Brazil's foreign borrowing and the role of multilateral and government agencies over the past fifty years: an overview

2.1. The pioneer role of the U.S. Eximbank before the end of World War II

Until the Great Depression, as is well known, inflows of foreign capital into Brazil depended basically on direct foreign investment and on the increased indebtedness of Federal, State and Municipal governments through the flotation of bonds in the leading world financial markets. The contribution of multilateral or bilateral governmental agencies was ,therefore, irrelevant.

The severe balance of payments difficulties created in underdeveloped countries during the thirties by the interruption of these capital flows as well as by the sharp fall in commodity prices were circunvented first by capital outflows then, after reserves had disappeared, by a combination of foreign exchange devaluation, import controls, foreign public debt default or renegotiation, and the accummulation of financial and commercial foreign exchange arrears.

It is in the context of efforts to finance the thawing of these arrears in the mid 1930s that for the first time foreign governmental agencies became important as a source of finance for the balance of payments needs of Brazil. Indeed, the recently created Eximbank had a marginal role in discounting Brazilian notes floated in payment of arrears in 1935. In 1939, a relatively large loan of US$19.2 million was extended by Eximbank to the Bank of Brazil to make possible the thawing of new arrears*.

---

* See Avey (1953), United States Senate (1954) and Feinberg (1982), chapter 1.

It is, of course, very much open to question whether these operations did involve a true element of "aid" in the sense either that they would not have occurred had these governmental agencies not existed or that the financial arrangements reached with these agencies entailed substantially different conditions when compared with those obtainable in the market. In fact, many other thawing operations were concluded by Brazil and other debtor countries - with the US as well as with other creditor countries such as Great Britain - without the involvement of governmental agencies such as the Eximbank. On the other hand, the holders of frozen arrears in Brazil - foreign exporters or the subsidiaries of foreign firms - were undoubtedly important beneficiaries of such arrangements: had the financing of such arrears proved to be impossible,it is unlikely that such arrears would have been entirely paid by further contraction of Brazilian imports. In the late 1930s the possible tangible advantage from the point of view of the borrowers could have been the relatively low rate of interest obtained in comparison with the likely alternative rate which would have prevailed had the arrangement been made through private banks. The possible "grant element", however, is bound to have been quite small as the loan was to be repaid within two years.

While Eximbank's involvement in financing US exports to Brazil had been passive and limited to the financing of commercial arrears in the 1930s it was later to become of crucial importance in the promotion and finance of development projects.

In the late 1930s the idea that it was in the best economic and political interests of the US to foster the economic development of such countries as China and Brazil started to gain ground in the US Administration especially in the Treasury under the influence of Harry D. White. In 1939, indeed, Secretary Morgenthau had been forced to withdraw his overtures concerning development assistance loans to Brazil yielding to the combined pressure of the State Department and Eximbank during the negotiations of foreign exchange arrears. In 1940, however, Treasury support was instrumental in guaranteeing US support through Eximbank loans - initially of US$20 millions later increased to US$45 millions - to the newly created government-controlled Cia. Siderúrgica Nacional to finance the purchase of US equipment for the first integrated Brazilian steel mill. The mill's feasibility study had been conducted by US Steel which - much to the disappointment of Vargas - had shown no interest in direct involvement in the project. The US government decision to finance the project through Eximbank and to supply scarce equipment during the war had of course much to do with the US policy of supporting Brazil to block German/Italian political influence in the early war years and then to weaken Argentina's position of relative pre-eminence in Latin America*.

Still during the war other loans were provided by Eximbank (see Appendix A) which were to prove to have important implications in the longer run especially in the case of a loan to Cia. Vale do Rio Doce which was to become the world's leading iron ore exporter. Stimulated by the British, who feared the loss of traditional iron ore sources, the US government through Eximbank financed the beginning of the modernization of the Vitoria a Minas railroad as well as of the Itabira mining operations previously owned by the British. Brazilian iron ore supply commitments remained unfulfilled during the war and it took a long period to make the company a viable economic proposition. Eximbank

----

* See Abreu (1984), chapter IX and Avey (1953), p. 43.

loans were to continue to be important to make this possible in the immediate postwar period.

2.2 - From the end of World War II to the onset of the LDC debt crisis

The postwar years witnessed the creation of multilateral development banks - of which, as far as Brazil is concerned, the World Bank and the International Development Bank are today, by far, the more relevant ones - the progressive reconstruction of international private capital markets and a marked acceleration in the growth of Brazil's foreign debt, as can be seen in Table B.1 (see Appendix B).

Being a large and diversified industrializing economy, with an extremely concentrated personal income distribution, a tradition of active government intervention in economic policy-making, and politically able to live with a combination of relatively high rates of inflation and economic growth, Brazil's post-war development was not significantly constrained by savings, and the growth of external borrowing can be largely explained by the evolution of foreign exchange needs. This point has been convincingly made by empirical work done in the framework of two-gap models in the mid-sixties*, and is certainly valid also for the larger part of the past twenty years of explosive growth of the Brazilian foreign exchange gap and borrowing from commercial banks**. Indeed, as Table B.2 shows, the contribution of foreign lending to total savings remained relatively small even during the

---

* Chenery and Strout (1966), and Baer and Kerstenetzky (1966).
** See Tables B.1 and B.3.

past decade of slower economic growth and accelerating foreign indebtedness.

The way in which Brazil's foreign exchange gap was financed varied widely since the war, affecting the distribution of the debt among different types of lending institutions and, thus, the relative importance of the contribution made by multilateral banks and government agencies*. The basic reasons for these changes in the relative weight of different types of creditor institutions in the flow of foreign capital to Brazil are twofold. On the one hand, there is the speed and amplitude of recurrent external shocks, more violent disequilibria demanding relatively greater resort to shorter-term compensatory operations, usually provided by a limited set of institutions. On the other hand, and more important in a longer perspective, these shifts reflect a combination of the changing financial requirements which accompanied Brazil's great structural transformation with the continuous institutional change affecting the forms in which long-term international finance was made available to developing countries since the war. A review of the main "phases" of Brazil's post war development, with special reference to the evolution of her external financing needs, will help to illustrate this point.

Phase I: 1946-1955

Economic policy in early post-war Brazil was dominated by concern about innefficiencies arising from "infra-structural inadequacies" created by lagging expansion of energy and transportation facilities in the presence of extensive industrial growth, an inheritance of the foreign exchange starved thirties and

----

* See Table B.3.

wartime supply shortages. With the progressive normalization of equipment supplies following the return to peace, the binding constraint in overcoming these infrastructural bottlenecks would be the capacity to import. In spite of high hopes for a buoyant balance of payments position after the war, which influenced a short-lived move towards greater trade and payments liberalization at an overvalued exchange rate in 1946, Brazil was soon forced to reimpose import and exchange controls from mid-1947 to stem rapid losses of convertible reserves due to a sharp rise of private sector dollar payments abroad. In the absence of organized world capital markets the Brazilian government came to have no alternative but to rely on U.S. government help - either directly or through its overwhelming influence in the recently created World Bank - to finance the badly needed improvements in the electricity and transport networks.

There had been hopes in Brazil, after the technical assistance activities which resulted in the Abbink Report*, that the U.S. would became engaged in a sustained economic assistance effort which would benefit underdeveloped countries on the same lines of the contemporary Marshall Plan. Hopes increased with Truman's announcement of Point Four in 1949. In the following year, a Joint Brazil-U.S. Economic Commission was created to select projects to be financed with the help of the Eximbank and the World Bank and a letter of intent to that effect was signed by the two governments and the banks' presidents in late 1951**.

---

* U.S. Department of State (1949).

** A fuller account of the negotiations leading to this agreement in principle to finance the Joint Commission's infrastructural projects is to be found in Besserman (1985), on which the following paragraphs are also heavily based.

However, as the Joint Commission sat down to work on technical details of the investment program, Brazil faced a new and severe balance of payments crisis caused mainly by the relaxation of import controls prompted by fears of shortages of strategic materials during the Korean War. The explosive growth of the current account deficit drained reserves and, during 1952, the deficit was mainly "financed" by the accummulation of a very large amount of commercial arrears*.

As it had done in former occasions in early 1953 the Eximbank stepped in to provide for the thawing of US$300 millions of arrears owed to American suppliers**. This time, however, the Eximbank's action would provoke the wrath of IBRD's chairman Black - then deeply involved in a campaign to press the incoming Eisenhower administration to curb the relative independence enjoyed by Eximbank*** - as it was correctly seen as weakening World Bank's leverage to impose ideal norms of economic policy such as greater trade and payments liberalization as a condition for granting financial accommodation****.

The IBRD's <u>volte face</u> on the Brazilian infrastructural investment program was made easier by the clear military turn taken

---

* See Table B.3.

** The operations made by the Brazilian government at the time also involved a short term loan of US$158 millions from a British bank.

*** On this see also Mason and Asher (1973), pp. 496.

**** <u>Idem</u>, pp.197 and 660-61. It should be noted, however, that although World Bank officials disapproved of several aspects of Brazilian policy - such as unbalanced budgets, expansionary credit policies and overvalued exchange rates considered as the source of recurrent balance of payments problems, as well as the formatio of Petrobras and the continued exclusion of foreign oil companies from exploration - the Bank "never clearly specified what particular action by the Brazilian government would elicit what response from the Bank", Mason and Asher (1973), pp. 661-62.

by the priorities of U.S. "aid" effort with Eisenhower, leading eventually to the abandonment of the program. The World Bank's record in lending to Brazil in the immediate post-war years would thus remain quite poor. By mid-1952 it had lent US$142.5 millions to Brazil but no less than US$90 millions to the Canadian-owned Brazilian Traction*. Moreover, but for a couple of loans to Brazilian electricity companies in 1958**, it would take over ten years for the Bank to resume lending to Brazil.

In the years following the 1952 crisis the balance of payments showed no substantial improvement and as a consequence of the need to resort to stabilization loans until 1955 Brazil emerged from this period with a larger debt and a much greater concentration in shorter maturities***.

Moreover, the combination of import controls and overvalued exchange rates maintained since the late forties had induced a process of rapid import substitution in several lines of 'non-essential' consumer goods. This had not only aggravated the infrastructural bottlenecks, as turned the import structure extremely rigid, making increasingly plausible the launching of a programmed effort of substitution of intermediate and some capital goods imports on purely balance of payments grounds.

Phase II: 1956-1967

These two aims - expansion of infrastructural services

---

* See Appendix C for a complete list of World Bank loans to Brazil.

** See Appendix C.

*** See Table B.3. of the US$1317 millions debt outstanding at the end of 1956, not less than US$614 millions represented debt incurred as compensatory balance of payments loans of which 97% was scheduled for repayment within five years. On this see Donnelly (1970), p. 102.

and the planned vertical integration of Brazilian industrial structure - would become the basis of President Kubitschek's Targets Plan, carried out between 1957 and 1960.

Apparently, the plan had no pre-conceived financing scheme to provide for the foreign exchange requirements of the programmed investments. A fortiori, however, one can see that those were covered by a sizeable increase in private loans*, the bulk of which consisted of suppliers' credits receiving government guarantees and directed to finance the official investment program.

Brazil's heavy reliance on suppliers' credits to finance the capital goods requirements of the Targets Plan reflected both the increasing availability of this kind of finance - as after the reconstruction of the industrial countries of Western Europe and Japan their governments actively began to promote equipment exports by granting credit facilities and guarantees - as well as the fact that the concession of these credits was governed by market considerations and did not carry the strings and policy prescriptions usually attached to official loans. As noticed by a World Bank study:

> "It should be observed that the inclination of certain debtor countries to authorize ready recourse to suppliers' credits was heavily influenced by the fact that other sources of international finance were practically inaccessible to them. This was basically a consequence of their inflationary financial policies, which made it impossible for them to borrow in large amounts from international financial institutions, and even from individual foreign governments or private financial institutions. Thus, whenever in these countries top priority was attached to investments regarded as important to the pursuit of development for which recourse to foreign resources was necessary, suppliers' credits proved to be one of the few sources of foreign financing, if not the only one"**.

---

* See Table B.3.
foreign direct investment flows, a large part of which helped financing industrial investments outside the Plan's priorities, chiefly in the automobile industry.

** IBRD (1967), p. 16, quoted by Donnelly (1973), pp. 117-18.

In the case of Brazil this was certainly true. Access to the World Bank - which had been cut in 1953 and just reopened for a while in 1958 - would again be strained during the Targets Plan. The launching of the latter's large investment program coincided with the most severe over-production crisis faced by world coffee markets since the thirties and the active price support policy carried by the Brazilian government had an additional strong expansionary effect on domestic demand. So, although financing the direct foreign exchange requirements of the plan would not prove difficult, Brazil faced increasing balance of payments difficulties from 1958. Accordingly, negotiations were started with the IMF for a large US$300 millions loan but, in mid-1959, the Brazilian government could not accept the conditions attached by the Fund and withdrew*. This, of course, also meant renewed exclusion from IBRD's window to which Brazil had regained access a year before.

From 1959 to 1963, in spite of the maintenance of large autonomous capital inflows until 1961, the balance of payments situation remained critical both on account of large current account deficits and rising amortization payments**. Indeed, the last years of the Kubitschek administration witnessed a steady deterioration of the foreign debt amortization profile because of the relatively short maturities of suppliers' credits and, especially, the increasing reliance on short-term swap loans as a form of compensatory finance***. The following years would see the return of rescheduling exercises coupled with attempts to implement orthodox stabilization programs.

On this see, for instance, Malan (1984), pp. 90 ff.

* See Table B.3.

** During 1959 and 1960 swap loans to the tune of US$240 millions were contracted by the federal government. Donnelly (1973), p. 108.

The first attempt at restoring external equilibrium was made by Kubitschek's successor and fierce critic Jânio Quadros. It was based on implementing a recessive fiscal-monetary mix and a considerable move towards exchange liberalization devised in consultation with the IMF and the U.S. government, counting with strong financial backing from creditor governments both in the form of AID program loans and PL-480 credits from the U.S., and official refinancing of a large part of the suppliers' credits granted by Western Europe and Japan*. However, Quadros' resignation a few months after taking office, renewed current account pressures in 1962, and lack of financial support from Western governments to President Goulart's belated stabilization attempt in 1963 led to a deep balance of payments crisis, stagflation and the military takeover of 1964.

The military government successfully carried out an orthodox adjustment program, again with strong U.S. financial backing, specially through AID loans, and was greatly helped by the conclusion of a new rescheduling agreement on publicly guaranteed loans with the Hague Club in the second half of 1964, with U.S. government participation.

The IBRD did not refund Brazil's obligations due to it. However, by re-starting to lend to Brazil in 1965 with 5 to 6.5 years' grace periods primarily for projects in which a relatively large part of equipment and construction work could be supplied by domestic firms, and allowing that "withdrawals from the Loan Account in respect to expenditures in the currency of the Guarantor of for goods produced in (including services supplied from) the territories

---

* See Bitterman (1973), pp. 122 ff. for details.

of the Guarantor shall be in dollars or such other currencies as the Bank shall from time to time reasonably select"*, the World Bank played an important role in helping the stabilization efforts of the newly established authoritarian regime. This was indeed true of every official aid agency and, as noticed by Diaz-Alejandro, between 1964 and 1967 Brazil ranked only behind India, Pakistan and South Vietnam as a recipient of net aid flows**.

Phase III: 1968-1982

The fifteen years before the onset of the present debt crisis witnessed the longer boom in statistically documented Brazilian economic history. The dizzying growth rates obtaining until 1973 were followed by more modest expansion after the first oil shock - but still impressive by international standards - as can be seen in Table A.1.

The basic reason why Brazil was able to sustain these extremely high growth rates without having to face a balance of payments adjustment crisis for such a long span was the amazing increase in the availability of long-term finance from the second half of the sixties, which allowed the smooth financing of a yawning foreign exchange gap.***

Lending by multilateral and government agencies during this period, especially the World Bank and the IBD, certainly gave an important contribution to this impressive achievement. Total gross capital inflows from these institutions, which had averaged US$ 38.0 millions in the years between 1947 and 1955 and

---

* See Loan Agreement between IBRD and Centrais Elétricas de Furnas, 1965 (Loan 403 BR), quoted in Bitterman (1973), p. 125.
**Diaz-Alejandro (1971), p. 443.
*** See Table B.3.

US$ 156.9 million between 1956 and 1967, rose to not less than US$ 812.9 million between 1968 and 1982. Brazil's debt towards them grew 14.0% in real terms during Phase III, as compared with 9.2% in Phase I and 6.2% in Phase II. A detailed analysis of World Bank and IDB lending during this period is presented in Section 3, below.

This great absolute increase in multilateral and government agencies' lending was, however, accompanied by an equally large fall in their relative importance as suppliers of Brazil's foreign capital requirements, due to the concurrent massive increase in her borrowing in Eurocurrency markets, mainly in the form of floating-interest rate cash loans from commercial banks. As a proportion of total external loans and credits, lending by multilateral and government agencies fell from an average of 57.3% in 1964-67, 14.4% in 1971-74 and 8.1% in 1978-81.

As in the first growth cum debt cycle of 1956-62, the rapid increase in foreign debt and its changing composition in favour of private creditors since the end of the sixties (see Table E.2) can be explained with reference both to the increased demand for credit - a by-product of domestic expansionary policies - as well as to institutional developments in international capital markets affecting the availability of private finance to Third World borrowers.

The late sixties witnessed, in fact, a clear departure from the orthodox adjustment program lauched in 1964-65 towards outright expansionary demand management and a host of policy measures aimed at diverting part of the domestic demand for credit towards international capital markets*.

---

* For a description of these measures see Pereira (1974), Chapter 1.

Expansionary policies were maintained after the first oil shock, as Brazil opted for a strategy of long term structural adjustment through a new wave of large import substitution projects.

The greatly increased foreign exchange gap (see Table B.3) appearing as a consequence of the high growth rates obtaining since 1968 could be matched both before and after the first oil shock by an increasing stream of cash loans owing to peculiar developments in the Eurodollar markets, viz, excess liquidity and growing interbank competition from the end of the sixties, which allowed developing countries to become regular customers in these markets*, and recycling of a substantial part of OPEC surpluses to non-oil developing countries after 1974 through commercial bank loans.

As well known, Phase III was brought to an end in 1982 by the world trade slump and the Mexican moratorium. With the ensuing end of voluntary bank lending bilateral and multilateral agencies have played again an important role in Brazil. Short term help from the U.S. Treasury, Eximbank and the B.I.S. was instrumental in preventing a foreign exchange crisis at the end of 1982, for international reserves evaporated as the Brazilian government would not announce the start of formal negotiations with the IMF - the successful completion of which was a condition for the granting of financial accommodation by private banks - before the

----

* This change in the relative position of developing countries as borrowers in Eurocurrency markets was quite rapid. As a financial analyst saw it in 1972: "Last year, and increasingly this year, the reduction in loan demand from U.S. multinationals and top European borrowers has forced the Euro-currency banks to offer these very fine rates to fringe borrowers outside the traditional catchment areas for Euro-currency banking... To gain business, banks have found that they are forced to lend for longer and longer periods and to areas of the world which were hardly regarded as prime credit risks as little as a year ago". Euromoney, July 1972, quoted in Wells (1973), p.12.

general elections due to take place in mid-November. Moreover, from 1983, as Brazil overcame the worst of the liquidity crunch, the stepping up of longer term lending by the World Bank, the IDB and the U.S. Eximbank, and the rescheduling of government or government-guaranteed debt at the Paris Club enormously helped external adjustment. This, together with large and increasing trade balance surpluses in 1983 and 1984 will allow Brazilian authorities to refrain from further borrowing from private banks during 1985.

3. The experience of main international agencies in Brazil

It is, of course, quite beyond the scope of this paper to deal comprehensively with the experience of all international agencies - multilateral or national - in Brazil during the postwar period. Such a comprehensive treatment would have to take into account not only the activities of the larger agencies such as the World Bank, the Inter American Development Bank (IDB), Eximbank, and USAID but also those of the less relevant bodies in terms of financial involvement such as the United Nations Development Program, international Foundations - Ford, Gulbenkian, IDRC, Kellog, Rockefeller, among others of more recent entry in Brazil - and modest official aid of British, Canadian, French and German origin.

While it would be ideal to be able to examine more closely at least the experience of the big agencies, attention here will be limited to Eximbank activities in Brazil until the early 1950s - for since then, as discussed below, the latter's operations with Brazil cannot be considered as "aid" -, the World Bank, and the IDB. Unfortunately, it was impossible to obtain reliable information in Brazil on USAID (including PL 480) loans. It is hoped that a revised version of this paper will include a section on USAID/PL 480 given the importance of its contribution to Brazil, especially in the mid 1960s.

3.1. The U.S. Eximbank

The contribution of the Eximbank was rather important before the mid-fifties. As discussed in Section 2, from its creation in 1934 to the end of World War II, the Eximbank gave a crucial contribution to financing Brazil's foreign exchange needs: during this period not less than US$118 millions were lent to clear commercial arrears or to finance equipment imports. Although limited in the late forties - no more than US$63 millions in 1946-50 - it rose again significantly in the early fifties (see appendix A) because of the US$300 millions tendered to thaw exchange arrears in 1953 which came on top of around US$150 millions in commercially-generated loans.

These "development assistance" loans to finance the supply of US goods had as an important consequence to foster the growth of the borrower's market for US goods both in the short run - by making the purchase at all possible - and in the long run - by contributing to the acceleration of economic growth it is however undeniable that Brazil gained important benefits, since there would be no alternative suppliers willing to finance the sales of competitive capital goods during the war or in the immediate postwar period. After the mid 1950s, of course, it is rather unrealistic to consider Eximbank loans - or, for that matter, those of any other financial agency mainly concerned with export credits and guarantees - as involving any "aid" or "grant" element as their primary aim was to foster US exports, interest rates being adjusted in many cases to take account of competitive bids by other suppliers.* Indeed, of all loans extended by the Eximbank until 1953 - when Eximbank's policy of strict consideration of trade-generated loans was reasserted by

*This position may have changed temporarily in the early 1980s as Eximbank interest rates failed to follow market rates and subsidy as a proportion of loans rose quite substantially. See Emery et alii (1984), chapter 3.

the Eisenhower Administration* - only one included local costs, the one to ICOMI S.A. a mining concern partly owned by Bethlehem Steel.

3.2. The World Bank

After an initial loan to Canadian-owned Brazilian Traction the share of World Bank's loans to Brazil as a proportion of total loans was maintained in "normal" years between 8.0% and 10.5%** (see Table 3.1). There was, of course, a long "abnormal" period after the politically motivated interruption of the Bank's involvement with Brazil in the early 1950s which lasted almost continuously until the mid 1960s, the attempted rapprochement under Kubitschek being avorted by the break with the IMF in 1959 as described in Section 2.

Indeed, Brazil's loans corresponded in 1950-54*** to an average proportion of 9.4% of total approved loans; this fell to practically nihil in 1955-64, then increased to 8.1% in 1965-68 and 10.7% in 1969-74. After the first oil shock this share fell to 9.7% in 1975-78 then to 8.7% in 1979-82. Since 1982, on the other hand, Brazil's share of total loans recovered to 13.3% as a result primarily of the Bank's concern with its balance of payments difficulties, as discussed in Section 4.

---

* See Hillman (1982), pp. 22 and ff.

** Financial years ending 30 June.

*** It would be obviously preferable to work with actual disbursements on net (of amortization and interest) transfers but these data are not available in an adequately disaggregated form.

Table 3.1

World Bank: Approved Loans, World and Brazil, 1947-1983

US$10^6

World Bank loans in year ending June 30	Total (1)	To Brazil (2)	(2)/(1) %
1947	250	-	0
1948	263	-	0
1949	137.1	75	54.7
1950	166.1	15	9.0
1951	297.1	15	5.1
1952	298.6	37.5	12.6
1953	178.6	3.0	1.7
1954	323.7	48.6	15.0
1955	409.6	-	0
1956	396.0	-	0
1957	387.9	-	0
1958	710.8	13.4	1.9
1959	703.1	84.6	12.0
1960	658.7	-	0
1961	609.9	-	0
1962	882.3	-	0
1963	448.7	-	0
1964	809.8	-	0
1965	1,023.3	79.5	7.8
1966	839.2	49.0	5.8
1967	876.8	100.6	11.5
1968	847.0	62.0	7.3
1969	1,399.2	74.9	5.4
1970	1,680.4	205.0	12.2
1971	1,896.4	160.4	8.5
1972	1,966.1	437.0	22.2
1973	2,050.0	187.7	9.2
1974	3,218.4	242.0	7.5
1975	4,319.7	426.5	9.9
1976	4,977.1	498.0	10.0
1977	5,759.3	425.0	7.4
1978	6,097.7	705.0	11.6
1979	6,989.0	674.0	9.6
1980	7,644.2	695.0	9.1
1981	8,808.9	844.0	9.6
1982	10,329.6	722.1	7.0
1983	11,136.3	1,457.5	13.1
1984	11,949.2	1,604.3	13.4

Source: World Bank, Annual Report, several years.

The volume of Brazilian indebtedness with the Bank is a consequence of the interaction of availability (supply) and cost in comparison with alternative sources (demand). When the cost of alternative sources tends to infinity the volume of borrowing from the Bank is, of course, a direct consequence of its resource availability, a situation which is typical of the post-1982 period. It would seem that the Brazilian authorities proved to be cost-sensitive in the 1970s. Immediately after 1972 and 1976 when Bank loans became more expensive than those obtainable in private financial markets - as the relevant interest rate differentials in table 3.2 show - the Brazilian share in total loans tended to fall significantly in relation to previous periods.

In the late 1970s and early 1980s Brazil faced the menace of being "graduated" by the World Bank losing, in consequence, access to its loans. In the early 1970s the Bank had started to try to define a "graduation" policy: since a developing country reached an income per capita threshold, defined quite gratuituously at US$1,000 (1970 prices), a review would start and eventually Bank loans to this country would be phased out. This policy had been devised in a period marked by the easy access of developing countries to the world financial markets: it was perhaps excusable to associate somewhat mechanically level of development measured by per capita income levels - and access to financial markets. Brazil was one of the strong candidates for graduation by the Bank in the early 1980s. Quite late in the day - in fact just before the Mexican crisis in 1982* - the Bank still

---

* World Bank, Annual Report, 1982.

insisted in the adoption of this rather mechanical and in some aspects quite arbitrary policy.*

After 1982 there was no explicit public redefinition of the Bank's policy in the light of changing international economic conditions but loans to Brazil were much increased to face the deterioration in the balance of payments position and the Bank tended to adopt a more flexible line on graduation without abandoning it as a long term policy.** It is unlikely that graduation will affect the Brazilian ability to raise loans in the World Bank in the near future in face of the prospects of their balance of payments position and of the deterioration in economic performance plus real cruzeiro devaluation and its impact on the dollar income per capita level.

The Bank's total of approved to Brazil in real terms*** - deflated by the US wholesale price index - increased by 5.2% a year in 1947-65, then 8.8% a year in 1965-75. More recently growth has proved to be laggard: only 3.3% a year in 1975-82 accelerating to 12.6% a year in 1982-84, after the Bank's recent change of policy.

Access to the Bank loans for a country like Brazil implies gains corresponding to the difference between interest rates charged by the Bank and those charged by private banks, even if there is a real alternative to raise finance in private financial markets which, of course, is not always the case. In terms of proportion of the loan's nominal amount, these gains vary directly with grace and amortization periods, and interest rate

----

* See Abreu and Fritsch (1984) for an analysis of graduation in trade and finance.
** Bank's Statement on Graduation, R84-252, September 6, 1984.
***Data on net disbursement are roughly in line with approved loan totals especially in the late 1970s. See OECD (1984), p.214. This also applies to IDB loans.

Table 3.2

World Bank Loans to Brazil: Weighted Interest Rates and Market Interest Rates, 1949-1983

	(1) World Bank Interest rate*	(2) Market Interest rate**	(3) Brazilian Spread***	(4)=(2)+(3) Cost of alternative funds****	(5)=(4)-(1) Interest rate differential
1949	4.5			10.0	5.5
1950	4.3			10.0	5.7
1951	4.3			10.0	5.7
1952	4.7			10.0	5.3
1953	4.9			10.0	5.1
1954	4.9			10.0	5.1
1958	5.8			10.0	4.2
1959	6.0			10.0	4.0
1965	5.5			10.0	4.5
1966	...			10.0	[4.0]
1967	...			10.0	[4.0]
1968	...	6.4	1.0	7.4	[1.4]
1969	6.0	9.8	1.0	10.8	4.8
1970	7.0	8.5	1.0	9.5	2.5
1971	7.2	6.6	1.0	7.6	0.4
1972	7.2	5.5	1.0	6.5	-0.7
1973	7.2	9.2	1.0	10.2	3.0
1974	7.4	11.0	1.1	12.1	4.7
1975	8.3	7.0	1.7	8.7	0.4
1976	8.7	5.6	1.9	7.5	-1.2
1977	8.4	6.0	2.0	8.0	0.4
1978	7.5	8.7	1.7	10.4	2.9
1979	7.5	12.0	1.0	13.0	5.5
1980	8.4	14.4	1.3	15.7	7.3
1981	10.3	16.5	>2.0	>18.5	>8.2
1982	11.5	13.5	>2.0	>15.5	>4.0
1983	10.7	9.8	>2.0	>11.8	>1.1

Source: World Bank, Annual Report, several years.

* Weighted by loan amount, corresponds to calendar year, fixed interest rates until mid-1982. After mid-1982 variable interest rates are charged on new loans. Commission of 1.0-1.5% charged until 1964 included in interest rate. Front end fee charged after 1982 (1,5 - 0,25%) not included.

** IMF, International Financial Statistics, several issues: 1968-81, London Eurodollar rate; 1982-83, 6 month LIBOR, US$ dollar.

*** P.N. Batista Jr. (1983), p. 118 and Edwards (1983).

****Cost of alternative resources 1949-67 set at 10% a year following a suggestion of Edmar Bacha.

differentials. Data presented in table 3.2 suggest that interest rate differential may vary quite considerably: they were quite substancial before the mid 1960s, eventually became negative in two occasions in the 1970s and reached record levels in 1980-81.

The grant element entailed by cheap fixed interest rate Bank loans floated in the 1960s and 1970s in a context a rapidly increasing interest rate was quite relevant. It is of course quite difficult to compute an aggregate grant element for the total amount outstanding as this would require a loan by loan calculation. To give a quantitative idea of such gains for the future, supposing a differential interest rate of 3.5% favouring World Bank loans, grace and repayment periods of 2 and 10 years respectively and a stable LIBOR of 10%, there is a grant element corresponding to more than 17% of the loan's nominal amount (the lower the grant element, the higher the LIBOR).

It must be noticed that if LIBOR including spread falls below, say, 10.5% the grant element entailed by the Bank's 1981 loans becomes negative. In an environment marked by the long run instability of interest rates it is not altogether unambiguous what may be impact on the relative cost of World Bank loans vis à vis private loans (if and when they are available). It is clearly misleading to take the decreasing interest rate differential between Bank and private loans as an indication that it will be possible for Brazil to favour finance raised in private markets as it will be less costly than Bank loans. Comparative costs become irrelevant to determine the rate of expansion of Brazil's debt when the availability of resources becomes the main explanatory factor of its level of indebtedness.

Table 3.3 below summarizes the loans extended to Brazil classified by sector for the period 1949-1984 on a year by year basis. Table 3.4 presents the sectoral distribution of loans extended to Brazil and to all countries in 1947-1965, 1966-1975 and 1975-1984. The same information is included in table 3.5 in terms of shares of total approved loans.

It is clear that some sectors have been gaining quite strongly to the detriment of others in terms of shares of total approved loans. The Bank's initial commitment to energy and transportation projects has been reduced and industry almost disappeared as a share of the Bank's total projects. Emphasis was shifted to "social" sectors such as water supply and sewerage, urban development and, especially, agriculture.

Sectoral shares in the case of Brazil also changed, mostly in line with changing global trends. Agricultural loans reached a "normal" share of about 20%; "social" sector projects - water supply, sewerage, urban development - increased their share well above the Bank's overall sectoral shares while transport, energy and industry sectors reduced theirs. Industrial projects, however, fell less precipitously in the case of Brazil than for total loans possibly as a consequence of the emphasis of Brazilian industrial policy on massive import-substitution projects as part of the post-oil shock adjustment policy*.

In general the Bank tended to approve an increasingly larger share of agricultural/social/development finance agencies loans to the detriment of infrastructure/industry projects. This

---

* An adequate comparison, of course, would have to take into account the final sectoral breakdown of loans to development finance companies but this unfortunately is not available.

Table 3.3

World Bank Loans to Brazil: Sectoral Distribution, 1949-1984

US$$10^6$

	Eletric Power	Transportation: Railways	Transportation: Highways	Transportation: Ports	Sewerage and water supply	Urban Development	Education	Agriculture	Industry	Other	TOTAL
1949	75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75
1950	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
1951	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
1952	25	12.5	-	-	-	-	-	-	-	-	37.5
1953	-	-	3.0	-	-	-	-	-	-	-	3.0
1954	36.1	12.5	-	-	-	-	-	-	-	-	48.6
1958	13.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.4
1959	84.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.6
1965	79.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.5
1966	49.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.0
1967	100.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.6
1968	-	-	-	-	-	-	-	40.0	22.0	-	62.0
1969	48.9	-	26.0	-	-	-	-	-	-	-	74.9
1970	80.0	-	100.0	-	-	-	-	-	25.0	-	205.0
1971	70.0	-	-	45.0	22.0	-	8.4	-	-	15.0	160.4
1972	60.0	46.0	89.0	-	-	-	-	-	242.0	-	437.0
1973	20.0	-	51.0	-	-	-	-	116.7	-	-	187.7
1974	206.0	-	-	-	36.0	-	-	-	-	-	242.0
1975	-	175.0	110.0	-	-	-	23.5	23.0	95.0	-	426.5
1976	102.0	75.0	55.0	-	-	-	-	52.0	110.0	104.0	498.0
1977	82.0	-	-	-	40.0	-	32.0	125.0	146.0	-	425.0
1978	130.0	-	114.0	-	110.0	88.0	-	178.0	85.0	-	705.0
1979	109.0	-	110.0	-	100.0	163.0	-	94.0	98.0	-	674.0
1980	114.0	-	-	-	269.0	159.0	32.0	69.0	-	58.0	695.0
1981	179.0	-	-	-	180.0	90.0	-	145.0	250.0	-	844.0
1982	182.7	-	240.0	-	-	123.9	-	162.5	-	13.0	722.1
1983	-	-	154.0	-	302.3	8.9	-	467.8	304.5	220.0	1,457.5
1984	528.9	-	210.0	-	-	52.7	60.0	398.7	-	354.0	1,604.3

Source: World Bank, Annual Report, several years.

Table 3.4

IBRD Loans to Brazil and World: Sectoral Distribution

US$$10^6$

	World			Brazil		
	1947-65	1966-75	1976-84	1947-65	1966-75	1976-84
Agriculture	624.7	3,189.4	17,207.5	-	179.7	1,686.0
Education	6.0	750.0	2,933.0	-	31.9	124.0
Energy	3,030.7	3,160.2	16,021.8	343.6	634.5	1,427.6
Industry	1,378.6	3,264.2	2,523.6	-	384.0	993.5
Transportation	2,950.8	3,828.8	11,934.3	28.0	642.0	958.0
Highways	1,200.6	1,568.7	7,310.9	3.0	376.0	883.0
Ports	322.7	812.1	1,713.6	-	45.0	-
Railways	1,279.6	1,122.4	2,467.2	25.0	221.0	75.0
Other	147.9	325.6	442.6	-	-	-
Urban Development	-	159.9	2,536.6	-	-	685.5
Water Supply and Sewerage	33.0	800.1	3,964.6	-	58.0	1,001.3
Other	748.0	692.2	19,827.4	-	15.0	749.0
TOTAL	8,771.8	15,844.8	76,948.8	371.6	1,945.1	7,624.9

Source: ellaboration of data from IBRD, Annual Report, several issues.

Table 3.5

IBRD Loans to Brazil and World: Sectoral Distribution

(in %)

	World			Brazil		
	1947-65	1966-75	1976-83	1947-65	1966-75	1976-83
Agriculture	7.1	20.1	22.4	-	9.2	22.1
Education	0.1	4.7	3.8	-	1.6	1.6
Energy	34.6	19.9	20.8	92.5	32.6	18.7
Industry	15.7	20.6	3.3	-	19.7	13.0
Transportation	33.6	24.2	15.5	7.5	33.0	12.6
Highways	13.7	9.9	9.5	0.8	19.3	11.6
Ports	3.7	5.1	2.2	-	2.3	-
Railways	14.6	7.1	3.2	6.7	11.4	1.0
Other	1.7	2.1	0.6	-	-	-
Urban Development	-	1.0	3.3	-	-	9.0
Water Supply and Sewerage	0.4	5.1	5.1	-	3.0	13.1
Other	8.5	4.4	25.8*	-	0.8	9.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Source: computed from Table 3.4.

*The bulk of this corresponds to development finance companies.

change in shares is explained by a shift in the Bank's policy concerning the choice between equity and efficiency: income redistribution became a prime target of the Bank's policy in the 1970s. It was thought moreover that social/agriculture projects were less likely to find alternative sources of finance in the private financial markets than more "straightforward" efficiency-geared projects. Changing sectoral shares, of course, also partly reflect the change of the sector mix of Bank's clients following the veiled and then explicit "graduation" of many developing countries in the late 1960s/early 1970s.

The emphasis on "social" projects had as an important consequence to increase the free foreign exchange element of the Bank's loans as "social" projects tended to entail lower direct and indirect costs than infrastructure/industrial projects. In this sense the Bank's financing efforts became naturally more relevant from the point of view of balance of payments finance through sectoral mix changes.

3.3. The Inter American Development Bank

IDB started operations in 1961. Loans to Brazil in early days - up to 1968 - represented 18.4% of total approved loans. This increased dramatically in 1969-73 to 26.0% then started to fall significantly: 17.4% in 1974-78, then 15.7% in 1979-83 (see table 3.6). This was at least partly a result of an informal voluntary restraint agreement entered upon by Argentina, Brazil and Mexico to make room for the smaller Latin American countries.

It should be noticed that a significant share of IDB's approved loans corresponded to loans partly denominated in the borrower's currency being thus irrelevant from a balance of payments point of view. The Cr$-convertible currency loan ratio, however, was never much above 25% of the total resources involved and consequently does not significantly affect comments above on the time distribution of foreign exchange proceeds of loans to Brazil.

The Bank's total loans in real terms - once more deflated by the US wholesale price index - define a time pattern similar to the World Bank's experience already commented upon: IDB's total approved loans first increased in real terms at 5.6% a year in 1961-65, then at 7.3% in 1965-75. In 1975-81 this rate fell quite significantly to only 1.3% - mainly as a result of US change of heart concerning his role in regional development banks - recovering somewhat in the last two years also in line with the World Bank (in 1975-83 total real approved loans increased at 3.1% a year).

Contrary to the experience with the World Bank group - where Brazil never had access to IDA's soft loans - IDB resources were tapped by Brazil using four main financial facilities (see table 3.7): a hard window corresponding to the Ordinary Capital fund, a softer window to the Special Operation Fund, still softer ones to the Fiduciary Fund - used only in early days - and other minor - British, Canadian, Swedish - low or no-interest funds. The proportion of Special Operations Fund loans in total loans was never above 20-25%.

As can be seen from table 3.8 interest rates charged on Ordinary Capital loans were quite high in comparison to World Bank loans or even to private loans (see table 3.2). This, of course, was an additional incentive for the reduction in Brazilian - and other large Latin American borrowers' - interest in IDB loans before

Table 3.6

Inter American Development Bank: Approved Loans, Total and Brazil, 1961-83

in US$$10^6$

	(1) Total Loans	(2) Loans to Brazil	(2)/(1) (%)
1961	293.7	28.2	9.6
1962	329.4	81.8	24.8
1963	258.9	23.3	9.0
1964	299.3	96.0	32.1
1965	373.5	45.1	12.1
1966	396.1	88.8	22.4
1967	496.4	106.9	21.5
1968	430.9	58.0	13.5
1969	631.5	143.4	22.7
1970	644.4	161.1	25.0
1971	651.8	148.9	22.8
1972	807.2	213.2	26.4
1973	884.0	274.1	31.1
1974	1,110.7	187.0	16.8
1975	1,375.0	269.5	19.6
1976	1,527.8	239.1	15.7
1977	1,808.9	361.6	20.0
1978	1,870.1	283.2	15.1
1979	2,051.0	365.5	17.8
1980	2,308.1	424.4	18.4
1981	2,493.8	383.1	15.4
1982	2,744.3	372.2	13.4
1983	3,045.0	441.0	14.5

Source: BID, Annual Report, several years.

Table 3.7

Inter American Development Bank:Approved Loans, Brazil, 1961-83

In US$10[3]

	Ordinary Capital* Total	Ordinary Capital* In Cr$	Special Operations Fund Total	Special Operations Fund In Cr$	Fiduciary Fund	Other	TOTAL in US$10[6]
1961	14.361	3.967	9.699	–	4.120	–	28.2
1962	23.940	–	11.636	2.636	46.190	–	81.8
1963	15.690	640	3.150	1.500	4.500	–	23.3
1964	82.251	20.000	7.000	3.000	6.700	–	96.0
1965	24.506	500	20.640	11.600	–	–	45.1
1966	27.224	1.700	61.550	15.650	–	–	88.8
1967	59.423	660	47.500	18.000	–	–	106.9
1968	23.050	500	35.000	12.000	–	5.839	58.0
1969	52.378	2.700	82.070	34.100	–	9.228	143.4
1970	78.405	–	77.000	27.500	–	–	161.1
1971	72.906	5.000	71.000	34.500	–	–	148.9
1972	162.245	17.700	45.700	14.800	–	5.220	213.2
1973	221.200	23.900	41.800	14.600	–	4.356	274.1
1974	168.900	11.000	18.000	9.100	–	–	187.0
1975	199.500	–	70.000	55.000	–	–	269.5
1976	187.070	–	52.000	...	–	–	239.1
1977	301.548	–	60.000	...	–	–	361.6
1978	283.200	...	–	...	–	–	283.2
1979	306.500	...	59.000	...	–	–	365.5
1980	332.400	...	92.000	...	–	–	424.4
1981	341.600	...	41.500	...	–	–	383.1
1982	269.600	...	82.500	...	–	–	372.2
1983	374.500	...	66.500	...	–	–	433.5

Source: BID, Annual Report, several years.

*Includes export financing and Inter-regional Capital.

Table 3.8

Inter American Development Bank: Interest Rates on Loans to Brazil, 1961-1984

	Ordinary Capital*	Export Financing	Special Operations Fund*	Fiduciary Fund	Other
1961	5.75-6.00	-	4.50	2.75	-
1962	5.75	-	4.00	1.25-2.75	-
1963	5.75	-	4.00	1.25-2.75	-
1964	5.75-6.00	6.50	4.00	1.25	-
1965	6.00	-	2.25-4.00	-	-
1966	6.00-6.50	-	2.25-3.25	-	-
1967	6.50-7.75	6.50	2.25-3.25	-	-
1968	7.75	-	3.25	-	0-2.00
1969	8.00	6.50	3.25	-	3.00
1970	8.00	6.50	2.25-3.25	-	-
1971	8.00	6.50-7.00	2.25-3.25	-	-
1972	8.00	...	3.00-4.00	-	3.00
1973	8.00	...	3.00	-	3.00
1974	8.00	...	4.00	-	-
1975	8.00	...	3.00-4.00	-	-
1976	8.00-8.60	7.00-8.00	3.00	-	-
1977	8.00-8.35	7.00-8.00	2.00-4.00	-	-
1978	7.50	7.00-7.50	2.00-4.00	-	-
1979	7.50-7.90	7.00	2.00-4.00	-	-
1980	8.25	7.00	2.00-4.00	-	-
1981	9.25	7.00	3.00	-	-
1982	10.50	8.75	3.00	-	-
1983**	11.00	...	2.00-4.00	-	-

Source: IDB, Annual Report, several years.

*Service and/or commission fees charged over outstanding debt and undisbursed amounts on at least part of the loans. These vary considerably over time and according to source of funds and currency in which the loan is payable.

**Since 1983, variable rate loans.

the balance of payments difficulties after the end of 1982. Special Operations Fund loans were of course much more interesting: supposing total costs of about 4.0% including commissions the interest rate differential in the 1970s and 1980s was never below 2.5% and reached something around 14.0%. The grant element in a hypothetical loan (4 years grace, 16 years repayment period) supposing an alternative private market interest rate of 10% compared with 4% for the IDB loan would be of no less than 40% of the initial loan amount. The present value of yearly transfers to Brazil would be of around US$20 million supposing Special Operations Fund Loans are held at the 1979-83 average level.

In terms of sectoral loan distribution the Brazilian experience with IDB is not substantially different from what has been already described in connection with IBRD loans. The shares of infrastructure/industry sectors tended to be larger for Brazil for all periods than for total loans in a context of declining importance of these sectors in comparison with the "social" sectors, including agriculture, and, in contrast with IBRD, science and technology. On the other hand, IBD's enthusiasm with urban development and public health loans seems to have been much less pronounced than IBRD's: one would expect that the net foreign exchange contribution of IDB loans tended to be lower than that entailed by IBRD loans for reasons already discussed in sub-section 3.1.

Table 3.9

IDB Loans to Brazil: Sectoral Distribution

US$$10^6$ (% in brackets)

	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	1981-83
Energy	61.2 (19.3)	235.4 (40.6)	369.2 (34.0)	496.6 (30.8)	113.5 (12.9)
Industry and Mining	93.0 (29.3)	43.3 (7.5)	271.0 (24.9)	307.4 (19.1)	147.6 (16.8)
Agriculture	36.2 (11.4)	107.3 (18.5)	50.0 (4.6)	455.1 (28.2)	112.9 (12.8)
Transport and Communications	25.6 (8.1)	70.6 (12.2)	183.3 (16.9)	188.9 (11.7)	92.0 (10.4)
Education, Science and Technology	4.0 (1.3)	28.0 (4.8)	98.0 (9.0)	79.0 (4.9)	119.9 (13.6)
Public Health	77.8 (24.5)	43.1 (7.4)	40.0 (3.7)	8.0 (0.5)	147.2 (16.7)
Export Financing	10.8 (3.4)	31.2 (5.4)	42.0 (3.9)	81.9 (5.1)	45.6 (5.2)
Urban Development	3.3 (1.0)	20.0 (3.5)	- (-)	- (-)	60.0 (6.8)
Feasibility Studies	5.1 (1.6)	0.8 (0.1)	33.4 (3.1)	-6.0* (0.4)	42.5 (4.8)
TOTAL	317.0 (100.0)	579.7 (100.0)	1,086.9 (100.0)	1,611.2 (100.0)	881.2 (100.0)

Source: Ellaboration of data from BID, Annual Report, several years.

* Mistake probably originating in reclassification of loan.

Table 3.10

IDB Loans: Sectoral Distribution, Cummulative, Total and Brazil

US$$10^6$ (% in brackets)

	Total		Brazil	
	1961-75	1976-83	1961-75	1976-83
Energy	1856 (21.4)	4,840 (29.6)	665.8 (33.6)	610.1 (24.5)
Industry and Mining	1254 (14.4)	2,522 (15.4)	407.3 (20.5)	455.0 (18.3)
Agriculture	1975 (22.7)	3,573 (21.8)	193.5 (9.8)	568.0 (22.8)
Transport and Communications	1592 (18.3)	1,684 (10.3)	279.5 (14.1)	280.9 (11.3)
Education, Science and Technology	375 (4.3)	939 (5.7)	130.0 (6.5)	198.9 (8.0)
Public Health	838 (9.7)	1,540 (9.4)	160.9 (8.1)	155.2 (6.2)
Export Financing	132 (1.5)	402 (2.5)	84.0 (4.2)	127.5 (5.1)
Urban Development	454 (5.2)	337 (2.1)	23.3 (1.2)	60.0 (2.4)
Feasibility Studies	138 (1.6)	203 (1.2)	39.3 (2.0)	36.3 (1.5)
Tourism	71 (0.8)	197 (1.2)	- (-)	- (-)
Other	- (-)	113 (0.7)	- (-)	- (-)
TOTAL	8685 (100.0)	16,350 (100.0)	1,983.6 (100.0)	2,492.4 (100.0)

Source: Ellaboration of data from BID, Annual Report, several years.

4. Conclusions: past experience and the challenge of official lending institutions in the coming years

The main points in the analysis of Brazilian experience with foreign official financial "aid", presented in Sections 2 and 3, can now be summarized.

In Section 2 it was seen that the origins of foreign official financial assistance can be traced back to the second half of the thirties and the years of World War II when the Eximbank not only provided urgently needed compensatory finance to settle large Brazilian payments arrears with the U.S. but also lent to make possible the expansion of large scale iron ore mining and steel production by nationalized enterprises. During the immediate post war years, however, Brazilian hopes of an enlarged access to development assistance following the creation of the World Bank were successively frustrated: the Brazilian government refusal to meet the Bank's administration wishes as to the conduct of some aspects of economic policy led to an almost continuous suspension of World Bank lending to Brazil from 1953 to 1965.

With the creation of IDB and the launching of USAID in 1961, and the more collaborative approach taken by the World Bank after 1964, the sixties saw a progressive and substantial increase in multilateral and government lending both in the shape of balance of payment loans made during the external adjustment crisis of the first half of the decade and, later, in the form of project loans. From the late sixties until the recent debt crisis official lending proceeded in a significant scale, although the importance of its contribution to Brazilian economic growth through the supply of long-term capital diminished markedly during these years relatively to that of foreign private sources, especially commercial banks.

In Section 3, where World Bank and Inter American Development Bank lending to Brazil was analysed, it was shown that for most periods it was the actual availability of multilateral and government agencies resources which defined the level of Brazil's indebtedness with these agencies. As a rule these loans entailed sizeable "grant elements" related to the interest rate differentials in relation to private financial market alternative sources.

However, in the heyday of the growth cum debt model for such countries as Brazil such differentials were not always favourable to multilateral and government agencies loans. Moreover, the fall in the rate of growth of real resources available to these agencies - a result of an increasing reluctance by the US government to bear the major part of the fund provision - prompted the menace of the adoption of "graduation" policies which would effectively close World Bank windows for Brazil. Only the emergency liquidity situation after 1982 was able to shelve such plans at least temporarily. There are signs on the other hand that the World Bank will be increasingly willing to assume in the 1980s a role in line with the IMF in supervising at a lower level of disaggregation the application of orthodox adjustment programs such as those now being implemented in many debtor countries.

Changes in World Bank policy concerning the sectoral emphasis of its financing efforts were important both directly by their impact on the distribution of Bank loans and indirectly by their influence on the priorities of other agencies such as the IDB. Loans first concentrated in infrastructural (energy and transport) as well as industrial projects then - with the Bank change of emphasis in the efficiency-equity balance - on "social" (sewerage, water supply, urban development) and agricultural projects. Domestic policies emphasizing import substitution had a relevant impact in the distribution of sectoral shares in Brazilian loans as compared with total loans. The net availability of foreign exchange tended to increase over time as the import element of financed projects tended to be reduced.

From the analysis of the Brazilian experience with foreign official financial assistance during the past fifty years presented in this study stems the conclusion that except for periods of severe balance of payments constraint such as the thirties, World War II and the first half of sixties, when official lending was extremely important for economic stability and growth, the contribution of government and multilateral lending to Brazil's economic development should not be overestimated. The World Bank lost a great opportunity to further Brazilian economic growth in the early fifties by withdrawing its support to the country's development plans just when official assistance was most needed because of the lack of alternative sources of finance. From then on, and especially from the mid-sixties, the existence of ample and competitive supply of foreign capital from alternative private sources made government and multilateral lending relatively less important as a source of external finance but for the years of recurrent external adjustment crisis in the early sixties.

Since 1982, however, as in previous situations of severe external disequilibrium, government and multilateral lending have played a fundamental part in Brazil's external adjustment. Moreover, with the end of voluntary back lending and the need to effect large interest transfers abroad, the relative importance of official long-term capital to Brazil is bound to remain large in the foreseeable future and the role of official agencies will certainly be crucial in helping the country to restore high rates of output growth and maintain external equilibrium.

The importance of multilateral and government agencies' lending to Brazil's external adjustment over time, as well as the trade-off between official lending, domestic output growth and the growth of private bank lending in the process of adjustment can be illustrated by a simulation exercise. This can be done with the help of a simple model capable of generating Brazil's financial requirements under alternative scenarios, defined as a time pattern for a set of basic exogenous variables relating to the behaviour of the world economy, and Brazilian trade elasticities. For a given scenario the model can forecast the amount of new money (net financial requirements) and of new money plus eventually necessary amortization reschedulings (gross financial requirements) needed from multilateral and government agencies, and the evolution of total debt to them, for every time patterns of domestic GDP growth and of growth of private bank debt*.

The results of such simulations under the Base Scenario shown in Table 4.1 are presented in Table 4.2. Simulation I, which assumes no new lending from commercial banks, highlights the fact that if private banks refrain from further lending, multilateral

----

* For a description of the model see Appendix D.

Table 4.1

Base scenario for the debt projection

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
OECD output growth rate (%)	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Export price change (%)	4.0	4.5	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
Import price change (%)	4.0	4.5	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
LIBOR (%)	10.5	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0	11.0
Official agencies lending rate (%)	9.0	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5	8.5
Net direct investment (US$ million)	200	300	500	500	500	500	500	500	500	500
Output elasticity of real imports	3	1.5	1.2	1	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9
OECD growth elasticity of real exports	1.6	1.5	1.3	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2

and government institutions alone cannot possibly guarantee a sustained rate of economic growth above 5 percent a year in Brazil. To achieve 6 percent GDP growth would require official lending agencies to allow total Brazilian liabilities to them to grow at an average 11 percent a year over the coming decade and near 20 percent a year over the coming three years, a clearly unfeasible proposition.

Simulation II, also shown in Table 4.2, recalls the crucial contribution of continued official <u>and</u> private lending to Brazil's sustained recovery: with commercial bank lending growing at about 3 percent a year - a rate compatible with a reduction of their exposure in Brazil - GDP growth rates of 6 percent are made feasible if rescheduling of existing debt takes place. In this situation, practically no new money from official lenders would be needed from 1986 and partial amortization of principal could be reenacted by the end of the eighties.

Table 4.2

Brazil: 1985-1994

Projections of gross and net financial requirements from and debt outstanding to multilateral and governmental agencies
(in million dollars)

YEAR	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
				SIMULATION I: No new lending by commercial banks						
Domestic output growth at 4% p.a.										
Financial requirements:										
Gross	2687	2730	1725	295	-	-	-	-	-	-
Net (new money)	1379	1077	105	-	-	-	-	-	-	-
Debt outstanding*	13579	14656	14761	13912	12771	11563	10558	9642	8893	8383
Domestic output growth at 5% p.a.										
Financial requirements:										
Gross	3157	3570	2988	1991	1284	941	662	-	-	-
Net (new money)	1849	1917	1368	847	92	-	-	-	-	-
Debt outstanding*	14049	15966	17334	18181	18273	17537	16354	14310	12276	10464
Domestic output growth at 6% p.a.										
Financial requirements:										
Gross	3656	4446	4290	3733	3790	4076	4207	4481	4522	4100
Net (new money)	2348	2793	2670	2589	2401	2248	2053	1911	1732	1629
Debt outstanding*	14548	17341	20011	22600	25001	27249	29302	31213	32945	34574
				SIMULATION II: Domestic output growth of 6% p.a.						
No new lending by commercial banks										
Financial requirements:										
Gross	3656	4446	4290	3733	3790	4076	4207	4481	4522	4100
Net (new money)	2348	2793	2670	2589	2401	2248	2053	1911	1732	1629
Debt outstanding*	14548	17341	20011	22600	25001	27249	29302	31213	32945	34574
Bank debt growth of 3%										
Financial requirements:										
Gross	3656	1806	1702	1213	1353	1434	1390	1271	1342	1310
Net (new money)	2348	153	82	69	-	-	-	-	-	-
Debt outstanding*	14548	14701	14783	14852	14816	14709	14529	14341	14120	13979
Bank debt growth of 5% p.a.										
Financial requirements:										
Gross	3656	46	-	-	-	-	-	-	-	-
Net (new money)	2348	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt outstanding*	14548	12941	11321	10177	8788	7259	5710	4282	2753	1333

* End of year.

Note: All projections assume no new lending by commercial banks in 1985.

5. Bibliography

Abreu, M. de P., O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945) in B. Fausto, História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 4, São Paulo, Difel, 1984.

Abreu, M. de P. and W. Fritsch, The Concept of "Graduation" of Developing Countries: Its Genesis in Multilateral Organizations, a priori Criticisms and an Estimate of the Costs of its Application in the Case of Brazil, Texto para Discussão nº 71, Departamento de Economia, PUC, Rio de Janeiro, 1984.

Avey, H., History of Operations and Policies of Export-Import Bank of the United States, Washington, 1953.

Baer, W. and I. Kerstenetzky, Patterns of Brazilian Economic Growth, paper presented at a Conference on Latin American Development, Cornell University, April 20-22, 1966.

Batista Jr., P.N., Mito e Realidade da Dívida Externa Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Besserman, S., A Política Econômica do Segundo Governo Vargas, unpublished M.Sc. Dissertation, Departamento de Economia da PUC/RJ, forthcoming.

Bitterman, H.J., The Refunding of International Debt, Durham, Duke University Press, 1973.

Chenery, H.B. and A.M. Strout, Foreign Assistance and Economic Development, American Economic Review, vol. LVI, nº 4, September 1966.

Díaz-Alejandro, C.F., Some Aspects of the Brazilian Experience with Foreign Aid, in Bhagwati, J. et. al. (eds.), Trade, Balance of Payments and Growth. Essays in Honour of C.P. Kindleberger, Amsterdam, North-Holland, 1971.

Donnelly, J.T., External Debt and Economic Development in Post-War Brazil, 1947-1966, unpublished Ph.D.dissertation, Vanderbilt University, 1970.

Edwards, S., LDC's Foreign Borrowing and Default Risk: an Empirical Investigation 1976-1980, Working Paper 1172, NBER, Cambridge, 1973.

Emery, J.J., N.A. Graham, R.L. Kaufman and M.C. Oppenheimer, The U.S. Export-Import Bank. Policy Dilemmas and Choices, Boulder, Westview, 1984.

Feinberg, R., Subsidizing Success. The Export-Import Bank in the US Economy, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Hillman, J., The Export-Import Bank at Work. Promotional Financing in the Public Sector, Westport, Quorum, 1982.

IBRD, Suppliers' Credits from Industrialized to Developing Countries, Washington, D.C. IBRD for UNCTAD, revised edition, April 1967.

Malan, P.S., Política Econômica e Teorias de Balanço de Pagamentos: Relações Internacionais do Brasil no Período 1946-1979, _in_ B. Fausto, _História Geral da Civilização Brasileira_, tomo III, vol. IV, São Paulo, Difel, 1984.

Mason, E.S. and R.E. Asher, _The World Bank since Bretton Woods. The Origins, Policies, Operations and Impact of the International Bank for Reconstruction and Development and the Other Members of the World Bank Group: the International Finance Corporation, the International Development Association, the International Centre for Settlement of Investment Disputes_, Washington, Brookings, 1973.

Pereira, J.E. de C., _Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil: 1966/73_, Relatório de Pesquisa nº 27, INPES/IPEA, Rio de Janeiro, 1973.

United States. Department of State. _Report of the Joint Brazil-United States Technical Commission_, Washington, GPO, 1949.

Velloso, Raul W.R., "O Setor Externo e o Desenvolvimento Econômico Recente do Brasil: Crescimento com Escassez de Divisas, 1930-90", Agosto de 1982, p. 79.

Wells, J., _Euro-Dollars, Foreign Debt and the Brazilian Boom_, Working Paper nº 13, Center for Latin American Studies, University of Cambridge, Cambridge, 1973.

World Bank. Annual Report, 1982.

Appendix A

Eximbank loans to Brazil, 1939-1953

		US$$10^6$
1939	Banco do Brasil	19.2
1939	American Brazilian Corporation	1.1
1940	Companhia Siderúrgica Nacional	45.0
1942	Companhia Vale do Rio Doce	14.0
1945	Companhia Vale do Rio Doce	5.0
1945	Central Railways of Brazil	3.8
1945	Lloyd Brasileiro	38.0
1946	Moore McCormack (Navegação) S.A.	0.1
1947	Sorocabana Railways	6.6
1948	Cia. de Transportes Municipais de São Paulo	3.2
1948	Cia. Brasileira de Energia Elétrica	2.3
1948	Cia. de Energia Elétrica da Bahia	0.4
1948	Cia. Central Brasileira de Força Elétrica	0.1
1948	Cia. Força e Luz de Minas Gerais	0.2
1948	Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil	0.1
1948	Cia. Força e Luz do Paraná	0.3
1948	Cia. de Energia Elétrica Rio Grandense	1.0
1948	Cia. Paulista de Força e Luz	2.1
1949	Empresa Internacional de Transportes Ltda.	2.2
1950	Cimento Aratú, S.A.	3.1
1950	Cia. Paulista de Estradas de Ferro	8.8
1950	Cia. Siderúrgica Nacional	25.0
1951	Sociedade Brasileira de Mineração	30.0
1951	Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos	5.0

1952	Affiliates of the American & Foreign Power, Co Inc.	41.1
1952	Cia. Paulista de Estradas de Ferro	7.0
1952	Santos-Jundiaî Railway	8.6
1952	State of Minas Gerais	5.0
1952	ICOMI S.A.	67.5
1952	Cia. Metalûrgica Barbara	1.9
1952	BNDE (agricultural equipment)	18.0
1952	Cia. Vale do Rio Doce	1.1
1953	Banco do Brasil	300.0
1953	Cia. Brasileira de Estireno	2.5
1953	S.A. Indûstrias Reunidas F. Matarazzo	0.6
1953	S.A. Indûstrias Votorantin	0.3

Source: United States Senate. 83rd Congress 2nd Session. Study of Latin American Countries. Interim Report of the Senate Committee on Banking and Currency. A Study of the Operations in Latin American Countries of The Export-Import Bank and the International Bank and Their Relation to the Expansion of International Trade (Pursuant to S.Res. 25, 83rd Congress, 1st Session), Washington, 1954.

Avey, H. History of Operations and Policies of Export-Import Bank of the United States, Washington, 1953.

APPENDIX B

STATISTICAL TABLES

Table B.1

Brazil: 1960-1982

GDP growth rates and the contribution of foreign capital inflows to savings

(in %)

	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Rate of growth of GDP	9.7	10.3	5.3	1.5	2.9	2.7	3.8	4.8	11.2	10.0	8.8
Net capital inflow as a proportion Total savings:											
.loans and credits only	- 0.46	6.62	1.48	0.74	0.16	1.22	3.30	4.44	2.43	3.63	7.36
.loans and credits plus direct investment	2.07	9.26	3.17	1.45	0.78	2.52	4.43	5.64	3.20	5.12	8.35

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Rate of growth of GDP	12.0	11.1	13.6	9.7	5.4	9.7	5.7	5.0	6.4	7.2	-1.6	0.9
Net capital inflow as a proportion Total savings:												
. loans and credits only	9.76	20.71	13.14	16.23	9.98	12.13	10.24	16.91	10.34	10.02	17.51	10.26
. loans and credits plus direct investment	11.06	22.80	17.45	19.01	12.21	14.43	12.01	18.95	13.20	12.01	20.22	11.91

Note: Savings data as revised by Fundação Getúlio Vargas in Conjuntura Econômica, July, 1984, and linked to years prior to 1970 through the rate of growth of total savings as previously published in national account statistics by Fundação Getúlio Vargas.

Sources: Conjuntura Econômica, several issues.

Table B.2

Brasil: 1947-1983

Outstanding foreign debt and its composition according to nature of credit operation

(numbers in brackets represent shares of total debt)

US$ million	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Credits from official agencies	na	na	na	na	na	na	na	426[a] (32.3)
World Bank	na	na	na	na	na	na	na	na
IDB	na	na	na	na	na	na	na	na
USAID	na	na	na	na	na	na	na	na
PL-480	na	na	na	na	na	na	na	na
Eximbank	na	na	na	na	na	na	na	na
Other	na	na	na	na	na	na	na	na
Private credits	na	na	na	na	na	na	na	97[a] (7.4)
Commercial Bank cash loans	na	na	na	na	na	na	na	na
Suppliers' credits	na	na	na	na	na	na	na	na
Bonds	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidated public debt	597(95.5)	576(96.5)	454(75.5)	301(53.8)	270(47.3)	243(38.1)	222(19.2)	180(13.7)
Compensatory loans	na	na	na	na	na	na	na	614(46.6)
Other	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Debt	625(100)	537(100)	601(100.0)	559(100.0)	571(100.0)	638(100.0)	1159(100.0)	1317(100.0)

Notes: (a) Estimated (b) Position in 30.6.1965 (c) Residual (d) From Relatório do Banco Central do Brasil, 1968 (e) Includes the entry "Other credits from official agencies" included up to 31.12.1960 in Central Bank statistics under "Other suppliers' credits".

Sources: From 1947 to 1966, Donnely (1970); from 1967 to 1968, Velloso (1982), p. 79; from 1969 to 1983, Relatório do Banco Central do Brasil and Boletim do Banco Central do Brasil, several issues.

continued

Table B.2 (continued)

	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Credits from official agencies	525[a] (36.6)	523[a] (33.1)	498 (32.8)	700 (34,2)	729 (32.6)	682 (28.7)	635 (22,4)	536 (19.8)
World Bank	na	na	na	na	na	na	na	na
IDB	na	na	na	na	na	na	na	na
USAID	na	na	na	na	na	na	na	na
PL-480	na	na	na	na	na	na	na	na
Eximbank								
Other								
Private credits	149[a] (10.3)	397[a] (25.1)	326 (25.1)	486 (23.8)	768 (34.4)	951 (40.0)	983 (34.7)	1075 (35.8)
Commercial Bank cash loans	na	na	na	na	na	na	na	na
Suppliers' credits	na	na	na	na	na	na	na	na
Bonds	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidated public debt	155 (10.7)	130 (8.2)	184 (12.1)	160 (7.8)	136 (6.1)	120 (5.1)	102 (3.6)	92 (3.1)
Compensatory loans	616 (42.6)	530 (33.5)	509 (33.5)	698 (34.1)	601 (26.9)	619 (26.1)	1115 (39.3)	1242 (41.3)
Other	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Debt	1445 (100.0)	1580 (100.0)	1518 (100.0)	2044 (100.0)	2234 (100.0)	2375 (100.0)	2835 (100.0)	3005 (100.0)

continued

Table B.2 (continued)

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Credits from official agencies	587(19.0)	740(23.4)	924[b](23.5)	1772(37.9)	1187(35.1)	1302(33.7)	1473(33.5)	1702(32.1)
World Bank	na	na	na	na	na	na	199(4.5)	258(4.9)
IDB	na	na	na	na	na	na	151(3.4)	181(3.4)
USAID	na	na	na	na	na	na	792(18.0)	870(16.4)
PL-480	na	na	na	na	na	na	103(2.3)	115(1.7)
Eximbank	na	na	na	na	na	na	167(3.8)	190(3.6)
Other	na	na	na	na	na	na	61(1.4)	99(1.9)
Private credits	1116(36.1)	1044(33.0)	1011(25.7)	1028(22.6)	989(29.2)	1508(39.1)	2052(46.6)	2895(54.7)
Commercial bank cash loans	na	na	na	na	682[c](20.2)	1125[c](29.1)	1605(36.5)	2285(43.2)
Suppliers' credits	na	na	na	na	307(9.1)	383(9.9)	447(10.2)	611(11.5)
Bonds	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidated public debt	82(2.6)	77(2.4)	73(1.8)	68(1.5)	63(1.9)	59(1.5)	16(0.4)	15(0.3)
Compensatory loans	1304(42.2)	1299(41.1)	1729(44.0)	1677(36.9)	795[d](23.5)	657[d](17.0)	548(12.4)	382(7.2)
Other	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Debt	3089(100.0)	3160(100.0)	3928(100.0)	4545(100.0)	3383(100.0)	3861(100.0)	4403(100.0)	5295(100.0)

continued

Table B.2 (continued)

	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Credits from official agencies	1980(29.9)	2267(23.8)	2659(21.2)	3539(20.6)	4085(19.3)	4749(18.3)
World Bank	348(5.3)	484(5.1)	647(5.1)	978(5.7)	1094(5.2)	1287(5.0)
IDB	206(3.1)	244(2.6)	277(2.2)	312(1.8)	416(2.0)	546(2.1)
USAID	931(14.1)	960(10.1)	1007(8.0)	1054(6.1)	1092(5.2)	1121(4.3)
PL-480	115(1.7)	108(1.1)	103(0.8)	97(0.6)	92(0.4)	87(0.3)
Eximbank	239(3.6)	278(2.9)	320(2.5)	543(3.2)	685(3.2)	817(3.1)
Other	141(2.1)	193(2.0)	305(2.4)	555(3.2)	706(3.3)	891(3.4)
Private credits	4038(61.0)	6724(70.6)	9432(75.0)	13195(76.9)	16702(78.9)	20897(80.4)
Commercial Bank cash loans	3193(48.2)	5528(58.1)	7848(62.4)	11211(65.3)	14561(68.8)	18194(70.0)
Suppliers' credits	845(12.8)	1136(11.9)	1442(11.5)	1812(10.6)	1980(9.4)	2414(0.3)
Bonds	-	60(0.6)	142(1.1)	172(1.0)	161(0.8)	289(1.1)
Consolidated public debt	15(0.3)	12(0.1)	10(0.1)	9(0.1)	7 -	5 -
Compensatory loans	382(7.2)	241(2.5)	203(1.6)	169(1.0)	137(0.6)	106(0.4)
Other	301(5.7)	278(2.9)	268(2.1)	254(1.5)	240(1.1)	228(0.9)
Total Debt	6623(100.0)	9522(100.0)	12571(100.0)	17166(100.0)	21171(100.0)	25985(100.0)

continued

Table B.3
Brasil: 1947-1983

Balance of Payments

(in US$millions)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
1. Exports (FOB)	1157	1183	1100	1359	1771	1416	1540	1558	1419	1483	1392	1244
2. Imports (FOB)	-1027	-905	-947	-934	-1703	-1702	-1116	-1410	-1099	-1046	-1285	-1179
3. Trade Balance (1+2)	130	278	153	425	68	-286	424	148	320	437	107	65
4. Interest payments, net	-13	-25	-21	-27	-20	-22	-34	-48	-35	-67	-67	-58
5. Other services and private transfers	-268	-255	-214	-258	-451	-316	-335	-295	-283	-313	-304	-255
6. Current account balance (3+4+5)	-151	-2	-82	140	-403	-624	55	-195	2	57	-264	-248
7. Amortization payments (8+9)	-48	-41	-28	-85	-31	-33	-46	-134	-140	-187	-242	-324
8. Autonomous loans	-48	-41	-28	-85	-31	-33	-46	-71	-81	-89	-149	-266
9. Compensatory loans	-	-	-	-	-	-	-	-63	-59	-98	-93	-58
10. Foreign exchange gap (6+7)	-199	-43	-110	55	-434	-657	-2	-329	-138	-130	-506	-572
11. Autonomous capital inflows (12+13)	68	34	45	31	34	44	66	120	186	320	462	483
12. Direct investment, net[a]	36	25	5	3	-4	9	22	11	43	89	143	110
13. Loans and Credits (14+15)	32	9	40	28	38	35	44	109	143	231	319	373
14. Official Sources	32	9	40	28	38	35	23	77	60	100	108	150
15. Private sources (16+17)	na	na	na	na	na	na	21	32	83	131	211	223
16. Suppliers' credits	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
17. Cash loans	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
17a. Bank loans[b]	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
17b. Bonds	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18. Errors and Omissions	-43	29	82	-23	123	-26	-98	10	12	-14	-171	-189
19. Pre-compensatory foreign exchange gap (10+11+18)	-174	20	17	63	-277	-639	-34	-199	60	176	-215	-278
20. Compensatory loans and credits	80	-	38	-	28	-28	486	200	61	-28	37	195
20a. IMF	-	-	38	-	28	-28	28	-	-	-28	37	37
20b. Eximbank	-	-	-	-	-	-	300	-	45	-	-	100
20c. U.S. Treasury	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20d. USAID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20e. European Consolid. Agreement	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20f. BIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20g. Comm. bank bridge loans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20h Others	80	-	-	-	-	-	158	200	16	-	-	58
21. Commercial arrears	72	-22	28	-106	28	541	-563	-46	-8	-	-	-
22. Other Compensatory (19+20+21)	-22	-2	83	-43	-221	-126	-111	-45	113	148	-178	-83

Notes: (a) Excludes reinvested earnings (b) Refer to loans under Law no. 4131, SUMOC's Instrução 289 and Central Bank's Resolução 63 and Resolução 64 (c) Includes the World Bank, IDB, Eximbank (US), USAID, IFC, KfW and the National Bank of Denmark (d) Residual (e) The difference between this value and the sum of the items in lines 14 and 15 is due to the fact the item.

Sources: Lines 1 to 6, 18 and 21 from Boletim do Banco Central do Brasil, several issues; lines 7 to 9 from 1947 to 1959 from Donnelly (1970), and from 1960 to 1983 from Relatório do Banco Central do Brasil; several issues; lines 11 to 13 and 15 to 17a from 1947 to 1959 from Donnelly (1970), from 1959 to 1964 from Relatório da SUMOC, from 1965 to 1973 and from 1979 to 1983 from Relatório do Banco Central do Brasil, and from 1974 to 1978 from IPEA (1981); line 14 from 1947 to 1963 from Donnelly (1970), from 1964 to 1970 from Boletim do Banco Central do Brasil, from 1971 to 1973 and 1979 to 1983 from Relatório do Banco Central do Brasil, and from 1974 to 1978 from IPEA (1981).

Table B.3 (continued)

	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
1. Exports (FOB)	1282	1270	1405	1215	1406	1430	1596	1741	1654	1881	2311	2739
2. Imports (FOB)	-1210	-1293	-1292	-1304	-1294	-1086	-941	-1303	-1441	-1855	-1993	-2507
3. Trade Balance (1+2)	72	-23	113	-89	112	344	655	438	213	26	318	232
4. Interest payments, net	-91	-115	-114	-118	-87	-131	-156	-155	-184	-144	-182	-234
5. Other services and private transfers	-292	-340	-221	-182	-139	-73	-131	-229	-266	-390	-417	-560
6. Current account balance (3+4+5)	-311	-478	-222	-389	-114	140	368	54	-237	-508	-281	-562
7. Amortization payments (8+9)	-377	-417	-327	-310	-364	-277	-304	-350	-350	-484	-533	-673
8. Autonomous loans	-301	-366	-308	-265	-219	-185	-214	-226	-243	-371	-437	-593
9. Compensatory loans	-76	-51	-19	-45	-145	-92	-90	-124	-107	-113	-96	-80
10. Foreign exchange gap (6+7)	-688	-895	-549	-699	-478	-137	64	-296	-587	-992	-814	-1235
11. Autonomous capital inflows (12+13)	563	477	687	394	280	220	350	516	601	626	961	1516
12. Direct investment, net[a]	124	99	108	69	30	28	70	74	76	61	127	108
13. Loans and Credits (14+15)	439	348	579	325	250	192	280	442	525	565	834	1408
14. Official Sources	148	83	233	131	149	131[c]	167[c]	262[c]	221[c]	258[c]	296[c]	328[c]
15. Private sources (16+17)	291	265	346	194	101	61	113	180	304	307	538	1080[d]
16. Suppliers' credits	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
17. Cash loans	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
17a. Bank loans[b]	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na	na
17b. Bonds	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18. Errors and Omissions	-25	10	49	-138	-76	-218	-31	-25	-35	-1	-41	92
19. Pre-compensatory foreign exchange gap (10+11+18)	-150	-438	187	-443	-274	-135	383	195	-21	-367	106	373
20. Compensatory loans and credits	-21	61	260	120	187	52	250	9	-33	-12	-	-
20a. IMF	-21	48	40	-18	5	-28	20	-39	-33	-12	-	-
20b. Eximbank	-	3	101	81	79	1	6	-	-	-	-	-
20c. U.S. Treasury	-	-	35	10	30	-	-	-	-	-	-	-
20d. USAID	-	-	-	25	25	50	-	-	-	-	-	-
20e. European Consolid. Agreement	-	-	9	21	31	29	43	13	-	-	-	-
20f. BIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20g. Comm. bank bridge loans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20h. Others	-	10	75	1	17	-	181	35	-	-	-	-
21. Commercial arrears	-	68	-68	163	14	57	-182	-44	-8	-	-	-
22. Other Compensatory (19+20+21)	-129	-309	379	-160	-73	-26	451	160	-62	-379	106	373

Table B.3 (continued)

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
1. Exports (FOB)	2094	3991	6199	7951	8670	10128	12120	12659	15244	20132	23293	20175	21899
2. Imports (FOB)	-3245	-4235	-6192	-12641	-12210	-12347	-12023	-13683	-18084	-22955	-22091	-19395	-15429
3. Trade Balance (1+2)	-341	-244	7	-4690	-3540	-2219	97	-1024	-2840	-2823	1202	782	6470
4. Interest payments, net	-302	-359	-514	-652	-1498	-1810	-2104	-2696	-4186	-6311	-9161	-11353	-9555
5. Other services and private transfers	-664	-886	-1181	-1780	-1662	-1949	-2030	-3270	-3716	-3673	-3775	-5737	-3752
6. Current account balance (3+4+5)	-1307	-1489	-1688	-7122	-6700	-5978	-4037	-6990	-10742	-12807	-11734	-16310	-6837
7. Amortization payments (8+9)	-850	-1202	-1673	-1920	-2185	-3009	-4135	-5439	-6541	-6705	-7517	-8722	-10742
8. Autonomous loans	-779	-1148	-1631	-1881	-2147	-2971	-4037	-5401	-6510	-6680	na	na	na
9. Compensatory loans	-71	-54	-42	-39	-38	-38	-38	-38	-31	-25	na	na	na
10. Foreign exchange gap (6+7)	-2157	-2691	-3361	-9042	-8885	-8987	-8172	-12429	-17283	-19512	-19251	-25032	-17574
11. Autonomous capital inflows (12+13)	2205	4618	5435	7946	7027	9001	9577	15355	13398	13439	19334	15872	10402
12. Direct investment, net[a]	168	318	940	887	892	959	810	1071	1491	1121	1584	992	657
13. Loans and Credits (14+15)	2037	4300	4495	7059	6135	8042	8767	14284	11907	12318[e]	17750[e]	14880[e]	9745[e]
14. Official sources	411	458	573	979	920	776	805	951	945	1277	1317	1900	2504
15. Private sources (16+17)	1626[d]	3842[d]	3922[d]	6080	5215	7266	7962	13333	10962	10183	16026	12902	6938
16. Suppliers' credits	415	601	811	952	691	1017	1125	1083	1322	1184	2052	1287	991
17. Cash loans	1211[d]	3241[d]	3111[d]	5128	4524	6249	6837	12250	9640	8999	13974	11615	5997
17a. Bank loans	1211[d]	3145[d]	3075[d]	5103	4524	5980	6119	11312	8982	8608	13914	11503	5997
17b. Bonds	-	96	36	25	-	269	718	938	658	391	60	112	-
18. Errors and Omissions	-9	436	355	-68	-439	518	-611	-639	-130	-343	-414	-368	-670
19. Pre-compensatory foreign exchange gap (10+11+18)	39	2363	2429	-1164	-2297	532	794	2287	-4015	-6416	-331	-7217	-7847
20. Compensatory loans and credits	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4177	776
20a. IMF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	544	2152
20b. Eximbank	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	876	-876
20c. U.S. Treasury	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20d. USAID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20e. European Consolid. Agreement	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20f. BIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	-500
20g. Comm. bank bridge loans	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2557	-
20h. Others	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21. Commercial arrears	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22. Other Compensatory (19+20+21)	39	2363	2429	-1164	-2297	532	794	2287	-4015	-6416	-331	-7217	-7071

APPENDIX C

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER / PROJECT DESCRIPTION / GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE / AGREEMENT DATE / EFFECTIVE DATE	MATURITIES / LAST DISB DATE / CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL / CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED / BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED / SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD / REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD / DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT / EFFECTIVE LOANS HELD
* * FULLY-REPAID/CANCELLED NON-POOLED LOANS *										
BRAZILIAN LIGHT & POWER CO LTD		0011-1	01/27/49	07/01/53 01/01/74	75.00	0.00	75.00	70.97	0.00	0.00
POWER AND TELEPHONE			01/27/49		0.00	0.00	4.03	4.03	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			05/09/49	12/31/53						
BRASCAN LIMITED		0011-2	01/16/51	07/01/55 01/01/76	15.00	0.00	15.00	15.00	0.00	0.00
POWER			01/18/51		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			04/10/51	12/31/54						
COMP. HIDROELET. SAO FRAN.		0025-0	05/26/50	09/15/54 03/15/75	15.00	0.00	15.00	15.00	0.00	0.00
POWER			05/26/50		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			07/27/50	12/31/56						
COM ESTADUAL ENERGIA ELECT		0064-0	06/27/52	11/15/57 11/15/57	25.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
POWER			06/27/52		25.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			01/17/53	06/30/57						
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL		0065-0	06/27/52	11/15/55 05/15/67	12.50	0.00	12.50	12.50	0.00	0.00
RAILWAY REHABILITATION			06/27/52		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
			01/17/53	03/31/60						
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL		0075-0	04/30/53	07/15/54 01/15/59	3.00	0.00	2.98	2.98	0.00	0.00
STATE OF RIO DE JANEIRO HIGHW.			04/30/53		0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
			11/05/53	06/30/57						
CENT. ELET. DE MINAS GERAIS		0076-0	07/16/53	01/15/57 07/15/73	7.30	0.00	7.30	6.25	0.00	0.00
ITUTINGA HYDRO-ELECTRIC			07/17/53		0.00	0.00	1.05	1.05	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			11/06/53	12/31/56						
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL		0092-0	12/17/53	07/01/59 01/01/69	12.50	0.00	12.50	12.50	0.00	0.00
CENTRAL DO BRAS'L SUBURBAN CAR			12/18/53		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
			09/02/54	12/31/57						
CEN. ELECTRICAS SAO PAULO SA	5	0093-0	12/17/53	07/01/58 01/01/74	10.00	0.00	10.00	10.00	0.00	0.00
SALTO GRANDE HYDRO-ELECTRIC			12/18/53		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			03/03/54	09/30/59						
BRAZILIAN LIGHT & POWER CO LTD		0095-0	02/18/54	09/01/55 03/01/74	18.79	0.00	18.79	18.79	0.00	0.00
PIRATININGA ELECTRIC POWER			02/24/54		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
GUARANTOR: BRAZIL			06/08/54	06/30/56						

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

BORROWER [1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED [3] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT [3] EFFECTIVE LOANS HELD
CEN ELECTRICAS SAO PAULO SA JURUMIRIM HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL	5	0187-0	01/21/58 01/22/58 09/20/58	03/15/62 03/15/78 09/30/63	13.40 0.04	0.00 0.00	13.36 0.00	13.36 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A FURNAS HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0211-0	10/03/58 10/03/58 02/07/59	04/01/64 10/01/83 01/31/66	73.00 0.00	0.00 0.00	73.00 2.60	70.40 2.60	0.00 0.00	0.00 0.00
BRAZILIAN LIGHT & POWER CO LTD POWER GUARANTOR: BRAZIL		0229-0	06/16/59 06/17/59 09/02/60	03/01/63 09/01/78 12/31/64	11.60 0.00	0.00 0.00	11.60 0.30	11.30 0.30	0.00 0.00	0.00 0.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL LIVESTOCK DEVELOPMENT		0516-0	09/14/67 09/23/67 12/28/67	03/15/74 03/15/78 03/10/75 12/31/74	40.00 0.00	0.00 0.00	40.00 0.38	39.63 0.38	0.00 0.00	0.00 0.00
COMPANHIA MINEIRA DE ALUMINIO ALUMINUM GUARANTOR: BRAZIL		0526-0	01/11/68 01/26/68 08/01/68	08/15/71 02/15/83 03/31/71	22.00 0.14	0.00 0.00	21.86 0.30	21.59 0.30	0.00 0.00	0.00 0.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL INTERIM SECOND LIVESTOCK DEV.		0868-0	12/19/72 12/19/72 05/24/73	11/01/76 05/01/78 07/02/76 06/30/77	26.00 5.51	0.00 0.00	20.49 1.99	18.51 1.99	0.00 0.00	0.00 0.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECOND FEEDER ROADS	13	1730-0	06/19/79 06/20/79 12/17/79	11/01/82 05/01/94 10/05/81 11/20/81	2.14 0.00	0.00 0.00	2.14 0.00	2.14 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SAO PAULO IND. POLLUTION CONT.	13	1822-0	03/27/80 04/14/80 01/15/81	09/01/83 03/01/95 01/22/82	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
TOTALS FOR FULLY-REPAID/CANCELLED NON-POOLED LOANS					382.23 30.70	0.00 0.00	351.52 10.64	340.88 10.64	0.00 0.00	0.00 0.00
• • FULLY-DISBURSED NON-POOLED LOANS • •										
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A ESTREITO HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0403-0	02/25/65 02/26/65 07/08/65	07/01/71 01/01/90 02/09/77 02/28/77	57.00 0.00	0.00 28.00	57.00 0.10	34.04 0.10	22.86 0.00	5.14 22.86

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
COMPANHIA ENER. DE SAO PAULO XAVANTES HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL	5	0404-0	02/25/65 02/26/65 04/07/66	05/01/70 05/01/90 12/22/75 06/30/75	22.50 2.70	0.00 9.90	19.80 0.20	12.07 0.20	7.53 0.00	2.37 7.53
CENT. ELET. DE MINAS GERAIS JAGUARA FIRST POWER GUARANTOR: BRAZIL		0442-0	03/08/66 03/15/66 05/29/67	10/01/71 04/01/91 04/01/75 12/31/74	49.00 0.00	0.00 27.54	49.00 0.00	26.47 0.00	22.54 0.00	5.00 22.54
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A ESTREITO HYDROELECTRIC POWER GUARANTOR: BRAZIL		0474-1	12/13/66 12/19/66 06/01/67	07/01/71 07/01/91 02/09/77 02/28/77	19.00 0.00	0.00 10.97	19.00 0.45	9.39 0.45	9.17 0.00	1.80 9.17
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A ESTREITO HYDROELECTRIC POWER GUARANTOR: BRAZIL		0474-2	12/13/66 12/19/66 01/15/69	07/01/72 07/01/91 02/09/77 02/28/77	20.00 0.00	0.00 11.00	20.00 0.00	9.99 0.00	10.01 0.00	0.99 10.01
COMP. BRAS. DE ENERGIA ELET. POWER DISTRIBUTION PROGRAM-A GUARANTOR: BRAZIL		0475-0	12/13/66 12/19/66 06/01/67	02/15/72 02/15/87 06/30/73	6.20 0.00	0.00 1.62	6.20 0.00	4.77 0.00	1.43 0.00	0.19 1.43
COMP. PARAN. DE ENERGIA ELET. POWER DISTRIBUTION PROGRAM-B GUARANTOR: BRAZIL		0476-0	12/13/66 12/19/66 06/01/67	02/15/72 02/15/87 06/30/73	8.10 0.00	0.00 2.10	8.10 0.00	6.24 0.00	1.85 0.00	0.24 1.86
COMP. PAULISTA DE FORCA E LUZ POWER DISTRIBUTION PROGRAM-C GUARANTOR: BRAZIL		0477-0	12/13/66 12/19/66 06/01/67	02/15/72 02/15/87 12/31/73	41.00 0.13	0.00 12.66	40.87 0.87	30.65 0.87	9.36 0.00	3.30 9.30
CENT. ELET. DE MINAS GERAIS POWER DISTRIBUTION PROGRAM-D GUARANTOR: BRAZIL		0478-0	12/13/66 12/19/66 06/01/67	02/15/72 02/15/87 12/31/72	6.30 0.00	0.00 1.71	6.30 0.00	4.86 0.00	1.44 0.00	0.27 1.44
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A PORTO COLOMBIA HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0565-0	10/15/68 10/23/68 02/18/69	05/15/75 11/15/93 05/04/76 12/31/75	22.30 0.15	0.00 16.69	22.15 0.00	8.37 0.00	13.78 0.00	2.91 13.78
CENT. ELET. DE MINAS GERAIS VOLTA GRANDE HYDROELECTRIC-2ND GUARANTOR: BRAZIL		0566-0	10/15/68 10/23/68 02/[illegible]	02/15/75 08/15/93 05/25/76 06/30/76	26.50 0.42	0.00 16.85	26.18 0.00	9.91 0.00	16.28 0.00	0.57 16.28

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER [1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS [1]	EFFECTIVE UNDISBURSED [3] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD [11] 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT [4] EFFECTIVE LOANS HELD
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL HIGHWAY CONSTRUCTION		0567-0	10/15/68 10/23/68 05/16/69	05/15/73 11/15/93 03/31/73	26.00 3.15	0.00 17.08	22.85 0.05	9.34 0.05	13.45 0.00	3.62 13.45
BANCO DO NOROESTE DO BRASIL NORTHEAST INDUSTRIAL CREDIT GUARANTOR: BRAZIL		0656-0	01/20/70 02/16/70 08/31/70	02/15/73 02/15/87 01/30/76 12/31/75	25.00 0.13	0.00 7.15	24.87 0.00	18.00 0.00	6.87 0.00	0.28 6.87
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECOND HIGHWAY CONSTRUCTION		0676-0	03/31/70 05/25/70 12/21/70	09/01/74 09/01/95 08/22/75 07/31/75	100.00 0.00	0.00 77.22	100.00 0.00	31.26 0.00	68.75 0.00	8.48 68.75
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A MARIMBONDO HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0677-0	05/19/70 05/25/70 09/29/70	09/01/77 03/01/00 10/30/78 08/31/78	80.00 0.00	0.00 64.36	80.00 0.00	13.97 0.00	66.04 0.00	-1.67 66.04
ELETROSUL SALTO OSORIO HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0728-0	03/30/71 04/05/71 07/19/71	06/15/77 12/15/95 06/27/78 05/31/78	70.00 0.00	0.00 51.10	70.00 0.89	16.33 0.89	52.78 0.00	-1.60 52.78
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL EDUCATION		0755-0	03/30/71 06/21/71 10/28/71	08/15/81 02/15/01 11/09/78 06/30/78	8.40 0.00	0.00 6.79	8.40 0.00	0.75 0.00	7.65 0.00	-0.80 7.65
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SANTOS PORT		0756-0	05/25/71 06/21/71 10/29/71	11/01/76 05/01/96 04/30/81 09/30/80	45.00 0.20	0.00 25.20	44.80 0.35	11.48 0.35	32.97 0.00	-7.77 32.97
COMP. SANEA. BASICO SAO PAULO SAO PAULO WATER SUPPLY GUARANTOR: BRAZIL		0757-0	05/18/71 06/21/71 01/13/72	05/01/76 05/01/96 06/28/77 06/30/77	22.00 0.00	0.00 15.37	22.00 0.00	5.97 0.00	16.03 0.00	-0.66 16.03
COMP. SANEA. BASICO SAO PAULO SAO PAULO POLLUTION CONTROL GUARANTOR: BRAZIL		0758-0	05/18/71 06/21/71 01/13/72	05/01/76 05/01/96 06/27/77 06/30/77	15.00 3.00	0.00 7.90	12.00 0.00	3.26 0.00	8.74 0.00	-0.84 8.74
REDE FERROVIARIA FEDERAL RAILWAY GUARANTOR: BRAZIL		0786-0	08/03/71 08/25/71 02/04/72	12/01/75 06/01/89 03/21/78 03/31/78	46.00 0.00	0.00 23.18	46.00 1.09	23.07 1.09	21.84 0.00	1.34 21.84

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
MINERACOES BRASIL. REUNIDAS MBR IRON ORE GUARANTOR: BRAZIL		0787-0	08/03/71 12/01/74 08/25/71 02/04/72	06/01/86 09/22/75 12/31/76	50.00 0.00	0.00 13.60	50.00 0.00	38.45 0.00	11.55 0.00	2.05 11.55
COMPANHIA SIDERURGICA NAC. CSN STEEL EXPANSION GUARANTOR: BRAZIL		0797-0	02/01/72 06/01/76 02/08/72 08/31/72	05/01/87 04/28/78 03/31/78	64.50 0.24	0.00 17.64	64.26 0.00	47.52 0.00	16.73 0.00	0.91 16.73
USINAS SIDER. MINAS GERAIS USIMINAS STEEL EXPANSION GUARANTOR: BRAZIL		0812-0	04/04/72 10/15/76 04/11/72 07/28/72	10/15/87 11/17/77 06/01/77	63.00 5.12	0.00 15.68	57.88 5.49	37.48 5.49	14.90 0.00	0.78 14.90
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL THIRD HIGHWAY CONSTRUCTION		0813-0	03/14/72 08/15/76 04/11/72 12/04/72	02/15/97 02/16/78 03/31/78	89.00 0.00	0.00 60.61	89.00 4.78	16.61 4.78	67.61 0.00	-7.00 67.61
COMP. SIDERURGICA PAULISTA COSIPA STEEL EXPANSION GUARANTOR: BRAZIL		0828-0	05/30/72 02/15/77 06/14/72 10/05/72	02/15/88 05/01/79 05/01/79	64.50 0.00	0.00 17.74	64.50 5.09	39.79 5.09	19.62 0.00	-1.88 19.62
CENT. ELET. DE MINAS GERAIS SAO SIMAO HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0829-0	05/16/72 10/15/79 06/14/72 09/20/72	04/15/02 06/14/79 09/30/79	60.00 0.00	0.00 48.49	60.00 0.50	6.45 0.50	53.05 0.00	-4.50 53.05
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ALTO TURI LAND SETTLEMENT		0853-0	07/06/72 12/01/77 07/24/72 02/15/73	06/01/97 01/20/81 12/31/80	6.70 0.00	0.00 4.35	6.70 0.00	1.50 0.00	5.21 0.00	-0.85 5.21
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL FOURTH HIGHWAY CONSTRUCTION		0854-0	08/08/72 02/15/77 08/14/72 03/29/73	08/15/97 01/31/77 12/31/76	51.00 0.00	0.00 37.73	51.00 2.23	9.08 2.23	39.69 0.00	-1.96 39.69
BANCO DO BRASIL, S. A. GRAIN STORAGE GUARANTOR: BRAZIL		0857-0	09/05/72 01/01/78 09/27/72 01/16/73	07/01/87 04/02/76 12/31/79	30.00 11.70	0.00 6.33	18.22 6.40	5.96 6.40	5.87 0.00	0.40 5.87
LIGHT - SERVICOS DE ELET. S.A. POWER DISTRIBUTION & SUBTRANSM GUARANTOR: BRAZIL		0887-0	04/10/73 09/01/76 04/16/73 07/31/73	03/01/93 02/17/78 12/31/77	20.00 0.00	0.00 10.20	20.00 1.39	5.68 1.39	12.94 0.00	-2.73 12.94

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER [1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATION [1]	EFFECTIVE UNDISBURSED [1] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY [11]	REPAID IBRD [7] REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT [1] EFFECTIVE LOANS HELD
FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A ITUMBIARA HYDROELECTRIC GUARANTOR: BRAZIL		0923-0	07/05/73 08/01/73 10/30/73	12/01/80 06/01/03 10/14/83 12/31/82	125.00 0.00	0.00 93.69	125.00 0.21	9.73 0.21	115.06 0.00	-21.37 115.06
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AGRO-INDUSTRIES CREDIT		0924-0	06/28/73 08/01/73 03/11/74	07/01/78 01/01/88 11/10/80 06/30/79	54.00 17.80	0.00 4.90	36.20 0.19	28.56 0.19	7.45 0.00	-2.55 7.45
COMP. HIDROELET. SAO FRAN. PAULO AFONSO IV HYDROELEC POWE GUARANTOR: BRAZIL		1008-0	06/04/74 06/17/74 04/15/75	02/01/79 02/01/94 10/12/83 06/30/83	81.00 1.23	0.00 46.60	79.77 0.00	21.42 0.00	58.35 0.00	-11.67 58.35
BANCO NACIONAL DA HABITACAO MINAS GERAIS WATER SUPP. & SEW GUARANTOR: BRAZIL		1009-0	06/04/74 06/17/74 01/09/75	09/01/77 03/01/97 02/22/80 08/15/80	36.00 0.00	0.00 21.09	36.00 0.00	8.05 0.00	27.95 0.00	-6.86 27.95
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECOND EDUCATION		1067-0	11/12/74 12/27/74 04/17/75	03/15/85 09/15/04 08/02/83 12/31/82	23.50 2.85	0.00 16.23	20.65 0.00	0.00 0.00	20.65 0.00	-4.41 20.65
REDE FERROVIARIA FEDERAL SECOND RAILWAY GUARANTOR: BRAZIL		1074-0	01/14/75 01/17/75 06/17/75	06/01/80 12/01/99 05/11/82 12/31/81	175.00 0.99	0.00 121.91	174.01 0.00	19.43 0.00	154.58 0.00	-32.68 154.58
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL LOWER SAO FRANCISCO POLDERS		1153-0	06/09/75 08/04/75 11/25/75	11/15/80 05/15/00 09/28/83 09/30/83	23.00 0.00	0.00 16.00	23.00 1.19	1.26 1.19	20.55 0.00	-4.55 20.55
FEPASA-FERROVIA PAULISTA S.A. THIRD RAILWAY GUARANTOR: BRAZIL		1171-0	10/21/75 11/12/75 03/24/76	03/15/81 09/15/00 04/23/84 09/30/83	75.00 0.07	0.00 51.90	74.93 0.00	6.92 0.00	68.01 0.00	-16.10 68.01
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL DEVELOPMENT BANKING		1206-0	02/10/76 03/01/76 08/26/76	02/15/79 08/15/87 08/12/80 12/31/80	85.00 53.84	0.00 5.76	31.16 1.84	20.63 1.84	8.69 0.00	-2.92 8.69
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECONDARY FEEDER AND ROADS	13	1207-0	02/10/76 03/01/76 07/13/76	03/15/81 09/15/91 10/09/81 11/20/81	21.43 0.00	0.00 4.83	21.43 0.00	14.50 0.00	6.93 0.00	-2.09 6.93

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES	LAST ... DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AGRICULTURAL RESEARCH		1249-0	04/27/76 06/23/76 09/21/76	09/01/81	03/01/96 09/08/83 06/30/83	40.00 0.00	0.00 26.79	40.00 0.00	5.44 0.00	34.56 0.00	-7.77 34.56
ULTRAFERTIL S.A. FERTILIZER GUARANTOR: BRAZIL		1256-0	05/11/76 05/19/76 07/20/76	02/15/81	08/15/91 03/20/81 12/31/80	50.00 0.00	0.00 24.91	50.00 0.00	13.18 0.00	36.82 0.00	-11.91 36.87
COMP. PARAN. DE ENERGIA ELET. COPEL POWER DISTRIBUTION GUARANTOR: BRAZIL		1257-0	05/11/76 05/19/76 08/17/76	02/15/80	02/15/96 02/10/81 10/31/80	52.00 5.75	0.00 26.24	46.25 0.00	8.20 0.00	38.05 0.00	-11.81 38.05
CENT. ELET. BRAS. S.A. NORTHEAST POWER DISTRIBUTION GUARANTOR: BRAZIL		1300-0	06/24/76 08/27/76 01/31/77	02/01/80	02/01/96 11/22/82 06/30/82	50.00 0.22	0.00 27.89	49.78 1.00	7.52 1.00	41.26 0.00	-13.36 41.26
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL NUTRITION RESEARCH & DEVELOPM.		1302-0	06/24/76 10/01/76 12/30/76	08/15/81	02/15/94 07/25/83 06/30/83	19.00 0.00	0.00 11.14	19.00 0.00	3.23 0.00	15.78 0.00	-4.64 15.78
BANCO NAC. HAB. & COPASA SECOND WATER SUPPLY & SEWERAGE GUARANTOR: BRAZIL		1309-0	07/06/76 08/27/76 01/18/77	09/01/79	03/01/96 04/15/82 09/30/82	40.00 0.00	0.00 23.08	40.00 0.60	6.65 0.60	32.74 0.00	-9.65 32.74
ELETROSUL ELETROSUL TRANSMISSION GUARANTOR: BRAZIL		1343-0	11/23/76 02/23/77 06/13/77	12/01/80	12/01/93 07/01/83 12/31/82	82.00 11.58	0.00 34.91	70.42 0.25	23.45 0.25	46.72 0.00	-11.80 46.72
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL URBAN TRANSPORT		1563-0	05/09/78 05/22/78 09/01/78	12/15/81	06/15/93 06/27/84 03/30/84	88.00 0.00	0.00 52.99	88.00 0.00	21.99 0.00	66.01 0.00	-13.07 66.01
VALESUL ALUMINIO S.A. VALESUL ALUMINUM GUARANTOR: BRAZIL		1660-0	03/06/79 03/07/79 08/06/79	11/01/82	05/01/94 12/02/83 01/31/83	98.00 19.22	0.00 47.93	78.78 0.00	16.42 0.00	62.36 0.00	-14.44 62.36
TOTALS FOR FULLY-DISBURSED NON-POOLED LOANS						2432.03 140.58	0.00 1325.66	2291.45 35.14	735.31 35.14	1521.00 0.00	-195.34 1521.00

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER[1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS[4]	EFFECTIVE UNDISBURSED[1] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY[11]	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENTS[8] EFFECTIVE LOANS HELD
• • DISBURSING NON-POOLED LOANS • •										
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL FIFTH HIGHWAY		1075-0	01/14/75 03/01/80 01/17/75 05/15/75	09/01/94 11/07/84 06/30/84	110.00 0.00	6.89 60.60	103.11 0.00	23.54 0.00	79.57 0.00	-18.97 86.46
COMPANHIA SIDERURGICA NAC. CSN STEEL EXPANSION-STAGE III GUARANTOR: BRAZIL		1151-0	06/09/75 09/01/79 08/04/75 04/30/76	09/01/90 11/28/84 12/31/82	95.00 0.00	0.72 45.17	94.28 0.05	24.33 0.05	59.90 0.00	-14.73 60.63
COMP. SIDERURGICA PAULISTA COSIPA STEEL EXPANSION-STG III GUARANTOR: BRAZIL		1152-0	07/22/75 12/15/79 08/04/75 03/04/76	12/15/90 10/29/84 12/30/83	60.00 0.00	11.78 23.10	48.22 0.00	19.29 0.00	28.93 0.00	-5.83 40.71
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL RIO GRANDE DO NORTE RURAL DEV.		1195-0	12/11/75 01/01/81 03/01/76 07/30/76	07/01/00 11/20/84 09/30/84	12.00 0.00	1.51 7.96	10.49 0.00	1.11 0.00	9.39 0.00	-1.43 10.90
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECOND AGRO-INDUSTRIES CREDIT		1317-0	07/15/76 02/01/81 09/22/76 03/25/77	08/01/91 10/31/84 12/31/83	83.00 0.00	26.88 30.77	56.12 0.00	19.82 0.00	36.30 0.00	-5.53 63.18
STATE OF MINAS GERAIS MINAS GERAIS RURAL DEVELOPMENT GUARANTOR: BRAZIL		1362-0	01/11/77 08/01/82 02/23/77 06/29/77	02/01/94 09/13/84 12/31/84	42.00 0.00	2.27 23.74	39.73 0.00	8.75 0.00	30.98 0.00	-7.24 33.25
PETROBRAS FERTILIZANTES S.A SERGIPE FERTILIZER GUARANTOR: BRAZIL		1406-0	04/19/77 12/01/81 04/29/77 08/31/77	06/01/92 10/24/83 05/31/83	64.00 12.00	0.40 28.19	51.54 0.00	14.18 0.00	37.35 0.00	-9.16 37.82
FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A. VALEFERTIL PHOSPHATE FERTILIZ. GUARANTOR: BRAZIL		1411-0	04/26/77 10/01/80 04/29/77 07/29/77	04/01/92 10/09/84 06/30/84	82.00 27.00	0.63 25.10	54.37 0.00	20.62 0.00	33.75 0.00	-8.58 34.38
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL VOCATIONAL TRAINING		1452-0	06/19/77 04/01/81 [illegible] [illegible]/05/78	04/01/94 11/16/84 06/30/85	32.00 0.00	10.82 9.98	21.18 0.00	9.48 0.00	11.70 0.00	-1.72 22.52
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL CEARA RURAL DEVELOPMENT		1489-0	09/13/77 03/01/81 [illegible] [illegible]	09/01/92 11/16/84 12/31/85	17.00 6.00	2.87 2.8[illegible]	8.13 0.00	4.74 0.00	3.40 0.00	-0.57 6.27

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
HABITACAO & CO. SANEAMENTO SEWAGE COLLECTION & TREATMENT GUARANTOR: BRAZIL		1525-0	02/28/78 03/10/78 08/07/78	12/01/81 06/01/93 06/28/84 09/30/84	110.00 0.00	57.60 19.81	52.40 0.00	27.51 0.00	24.89 0.00	-5.09 82.49
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL PARAIBA RURAL DEVELOPMENT		1537-0	03/28/78 05/08/78 10/19/78	12/01/81 06/01/93 11/19/84 09/30/84	24.00 0.00	14.01 3.54	9.99 0.00	6.00 0.00	3.99 0.00	-0.44 18.00
CENT. ELET. BRAS. S.A. SOUTH-SOUTHEAST POWER DISTRIB. GUARANTOR: BRAZIL		1538-0	03/28/78 05/08/78 09/14/78	01/01/82 07/01/93 11/14/84 12/31/84	130.00 0.00	20.95 62.27	109.05 0.00	32.49 0.00	76.56 0.00	-14.28 97.51
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SIXTH HIGHWAY		1557-0	04/27/78 05/08/78 10/13/78	10/15/81 04/15/93 11/16/84 06/30/85	114.00 0.00	24.60 49.23	89.40 0.00	33.25 0.00	56.15 0.00	-6.92 80.75
COPESUL - COMP. PETROQUIMICA COPESUL PETROCHEMICAL GUARANTOR: BRAZIL		1562-0	05/09/78 07/06/78 10/30/78	02/01/82 08/01/93 11/05/84 12/31/84	85.00 0.00	0.82 45.72	84.18 0.00	21.24 0.00	62.94 0.00	-17.22 63.76
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AGRICULTURAL EXTENSION		1568-0	05/16/78 05/22/78 09/22/78	02/15/82 08/15/93 11/28/84 06/30/85	100.00 0.00	18.58 49.56	81.42 0.00	24.99 0.00	56.43 0.00	-5.87 75.01
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL BAHIA RURAL DEVELOPMENT		1589-0	06/06/78 07/19/78 12/05/78	03/01/82 09/01/93 11/16/84 12/31/85	37.00 0.00	17.35 8.69	19.65 0.00	9.24 0.00	10.41 0.00	-1.72 27.76
BANCO NACIONAL DA HABITACAO SITES & SERV. & LOW-COST HOUSG GUARANTOR: BRAZIL		1654-0	01/23/79 02/08/79 07/09/79	09/01/82 03/01/94 11/19/84 12/31/84	93.00 0.00	8.35 55.16	84.65 0.00	19.38 0.00	65.28 0.00	-10.12 73.63
BANCO NACIONAL DA HABITACAO NORTHEAST WATER SUP.& SEWERAGE GUARANTOR: BRAZIL		1656-0	01/30/79 02/08/79 07/10/79	09/01/82 03/01/94 11/19/84 06/30/84	100.00 0.00	17.54 52.90	82.48 0.00	20.83 0.00	61.64 0.00	-8.74 73.18
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SERGIPE RURAL DEVELOPMENT		1714-0	05/31/79 06/20/79 02/05/80	03/01/83 09/01/94 10/31/84 09/30/85	26.00 0.00	18.22 2.87	7.78 0.00	4.34 0.00	3.44 0.00	-0.57 21.69

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER[1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS[1]	EFFECTIVE UNDISBURSED[1] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY[11]	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT[1] EFFECTIVE LOANS HELD
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL MEDIUM-SIZED CITIES		1720-0	06/07/79 10/15/82 06/20/79 05/02/80	04/15/94 11/20/84 12/31/85	70.00 0.00	28.29 23.71	41.71 0.00	14.58 0.00	27.13 0.00	-3.42 55.43
COMP. PARAN. DE ENERGIA ELET. COPEL 2ND POWER DISTRIBUTION GUARANTOR: BRAZIL		1721-0	06/07/79 02/15/83 05/20/79 11/21/79	08/15/94 11/21/84 06/28/85	109.00 0.05	29.87 52.64	79.08 0.00	18.16 0.00	60.92 0.00	-8.28 90.79
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL PERNAMBUCO RURAL DEVELOPMENT		1728-0	06/14/79 03/01/83 06/20/79 02/05/80	09/01/94 11/15/84 12/31/84	40.00 0.00	23.62 8.63	16.38 0.00	6.66 0.00	9.72 0.00	-1.09 33.34
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SAO FRANCISO 2ND IRRIGATION		1729-0	06/19/79 03/15/83 06/20/79 01/23/80	09/15/94 11/14/84 06/30/86	28.00 0.00	6.92 13.86	21.08 0.00	4.66 0.00	16.42 0.00	-2.56 23.34
BANCO NACIONAL DA HABITACO SOUTH. STATES WATER SUPP & SEW GUARANTOR: BRAZIL		1823-0	03/27/80 10/01/83 04/14/80 10/08/80	04/01/95 11/01/84 06/30/84	130.00 0.00	11.78 89.55	118.22 0.00	16.25 0.00	101.97 0.00	-12.43 113.76
COMP ESTAOUAL DE ENERGIA ELET CEEE POWER DISTRIBUTION GUARANTOR: BRAZIL		1824-0	03/27/80 10/15/83 04/14/80 07/15/80	04/15/95 09/20/84 09/30/84	114.00 0.00	73.15 23.84	40.85 0.00	14.25 0.00	26.60 0.00	-2.76 99.75
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECOND URBAN TRANSPORT		1839-0	05/06/80 11/15/83 06/02/80 12/03/80	05/15/95 11/29/84 12/31/85	159.00 0.00	47.09 88.29	111.91 0.00	19.88 0.00	92.04 0.00	-3.74 139.13
BANCO NAC. HAB. & COPASA 3RD MINAS GERAIS WATER SUP&SEW GUARANTOR: BRAZIL		1850-0	05/22/80 01/15/84 07/18/80 05/29/81	07/15/95 11/07/84 06/30/85	139.00 0.00	37.58 76.66	101.42 0.00	11.58 0.00	89.84 0.00	-13.19 127.42
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL NORTHEAST BASIC EDUCATION		1867-0	06/10/80 11/01/83 07/18/80 05/12/81	05/01/95 11/19/84 09/01/85	32.00 0.00	18.77 8.42	13.23 0.00	4.01 0.00	9.23 0.00	-0.81 28.00
STATE OF MINAS GERAIS MINAS GERAIS 2ND RURAL DEV. GUARANTOR: BRAZIL		1877-0	06/19/80 02/15/84 [illegible] [illegible]	08/15/95 11/20/84 12/31/85	63.00 0.00	52.16 5.25	10.84 0.00	5.87 0.00	4.98 0.00	0.27 57.13

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATION	EFFECTIVE UNDISBURSED BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
ELETROSUL - ELETROBRAS SECOND POWER TRANSMISSION GUARANTOR: BRAZIL		1895-0	07/22/80 10/06/80 12/16/80	03/15/84 09/15/95 11/20/84 12/31/85	125.00 0.00	92.06 20.50	32.94 0.00	10.42 0.00	22.52 0.00	-1.92 114.58
TOTALS FOR DISBURSING NON-POOLED LOANS					2425.00 45.05	684.16 1018.70	1695.80 0.05	481.40 0.05	1214.34 0.00	-195.65 1898.50
TOTALS FOR NON-POOLED LOANS					5239.25 216.33	684.16 2344.39	4338.77 45.83	1557.60 45.83	2735.34 0.00	-390.99 3419.50
* * DISBURSING POOLED LOANS * *										
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECONDARY FEEDER AND ROADS	14	1207-5	02/10/76 08/24/81 11/20/81	03/15/81 09/15/91 09/13/84 06/30/84	33.57 0.00	5.01 24.98	28.57 0.00	0.00 0.00	28.57 0.00	-3.59 33.57
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SAO FRANCISCO 2ND IRRIGATION		1729-1	12/09/83 12/14/83 05/30/84	03/15/86 09/15/94 06/30/86	7.70 0.00	7.68 0.02	0.02 0.00	0.00 0.00	0.02 0.00	0.00 7.70
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SECOND FEEDER ROADS	14	1730-5	06/19/79 08/24/81 11/20/81	11/01/82 05/01/94 11/01/84 12/31/86	107.80 0.00	31.87 49.87	75.99 0.00	20.79 0.00	55.20 0.00	-5.34 87.08
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL SAO PAULO IND. POLLUTION CONT.	14	1822-5	03/27/80 01/06/82 01/22/82	09/01/83 03/01/95 11/19/84 03/31/84	58.00 0.00	56.77 0.07	1.23 0.00	1.15 0.00	0.07 0.00	0.00 55.84
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL CEARA 2ND RURAL DEVELOPMENT		1924-0	12/02/80 01/14/81 07/07/81	05/01/84 11/01/95 11/30/84 12/31/85	56.00 0.00	27.15 21.94	28.85 0.00	4.67 0.00	24.18 0.00	-2.23 51.33
CENT. ELET. BRAS. S.A. ELECTRIC POWER SYSTEM GUARANTOR: BRAZIL		1939-0	12/23/80 01/14/81 07/05/81	08/15/84 02/15/96 11/15/84 12/31/85	54.00 0.00	44.22 6.87	9.78 0.00	2.25 0.00	7.53 0.00	-0.60 51.75
EMPRESA BRASIL DOS TRANSP URB THIRD URBAN TRANSPORT GUARANTOR: BRAZIL		1965-0	03/31/81 06/05/81 10/20/81	09/15/84 03/15/96 11/28/84 06/30/85	90.00 0.00	60.91 25.61	29.09 0.00	0.00 0.00	29.09 0.00	-2.48 90.00

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER [1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED [1] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
BANCO NACIONAL DA HABITACAO WATER SUPPLY AND SEWERAGE GUARANTOR: BRAZIL		1970-0	04/21/81 05/18/81 12/15/81	10/15/84 04/15/96 11/07/84 06/30/85	180.00 0.00	115.83 49.97	64.17 0.00	7.50 0.00	56.67 0.00	-6.70 172.50
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL ALCOHOL & BIOMASS ENERGY DEV		1989-0	05/12/81 06/12/81 11/10/81	11/15/84 05/15/96 11/29/84 06/30/85	250.00 0.00	124.39 105.79	125.61 0.00	10.42 0.00	115.20 0.00	-9.41 239.59
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL PIAUI RURAL DEVELOPMENT		2015-0	06/16/81 08/10/81 02/05/82	02/15/85 08/15/96 11/01/84 12/31/86	29.00 0.00	18.49 9.45	10.51 0.00	0.00 0.00	10.51 0.00	-1.06 29.00
EMPRESA BRASIL PESQUISA AGRO SECOND AGRICULTURAL RESEARCH GUARANTOR: BRAZIL		2016-0	06/16/81 07/08/81 12/08/81	01/15/85 07/15/96 11/20/84 12/31/87	60.00 0.00	21.56 35.18	38.44 0.00	0.00 0.00	38.44 0.00	-3.26 60.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AGRICULTURAL DEVELOPMENT		2060-0	12/01/81 12/15/81 04/26/82	06/15/85 12/15/96 11/09/84 12/31/86	67.00 0.00	35.82 28.02	31.18 0.00	0.00 0.00	31.18 0.00	-3.16 67.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AGRICULTURAL DEVELOPMENT		2060-1	12/08/83 12/14/83 05/30/84	06/15/86 12/15/96 12/31/86	22.80 0.00	22.74 0.05	0.06 0.00	0.00 0.00	0.06 0.00	0.00 22.80
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL HEALTH		2061-0	12/01/81 12/15/81 04/26/82	06/15/85 12/15/96 11/28/84 06/30/87	13.00 0.00	6.45 5.98	6.55 0.00	0.00 0.00	6.55 0.00	-0.56 13.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL HIGHWAY		2062-0	12/01/81 12/15/81 04/26/82	06/15/85 12/15/96 11/28/84 06/30/86	240.00 0.00	70.02 155.66	169.98 0.01	0.00 0.01	169.98 0.00	-14.32 240.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL NW REGION DEV. - 2ND PHASE		2116-0	03/25/82 05/12/82 08/09/82	12/15/85 06/15/97 11/07/84 12/31/86	26.40 0.00	16.77 8.90	9.63 0.00	0.00 0.00	9.63 0.00	-0.73 26.40
CENT. ELET. BRAS. S.A. ELETROBRAS I POWER DISTRIB. GUARANTOR: BRAZIL		2138-0	05/11/82 05/12/82 [illegible]	12/01/85 06/01/97 11/19/84 06/30/87	182.70 0.00	151.00 29.03	31.70 0.00	0.00 0.00	31.70 0.00	-2.67 182.70

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS	EFFECTIVE UNDISBURSED BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT EFFECTIVE LOANS HELD
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AMAZONAS AGRICULTURAL DEV		2163-0	05/27/82 06/25/82 11/29/82	12/01/85 06/01/97 10/24/84 12/31/87	26.40 0.00	19.55 6.22	6.85 0.00	0.00 0.00	6.85 0.00	-0.63 25.40
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL RECIFE METROPOLITAN REGION DEV		2170-0	06/03/82 06/28/82 11/24/82	12/01/85 06/01/97 10/31/84 12/31/88	123.90 0.00	106.79 15.06	17.11 0.00	0.00 0.00	17.11 0.00	-2.04 123.90
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL MARANHAO RURAL DEV		2177-0	06/10/82 06/25/82 05/10/83	02/15/86 08/15/97 11/09/84 12/31/87	42.70 0.00	34.55 7.40	8.15 0.00	0.00 0.00	8.15 0.00	-0.75 42.70
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL PREP OF METROPOLITAN DEV PROGR		2193-0	08/03/82 08/13/82 12/10/82	12/01/85 06/01/97 11/19/84 06/30/84	8.90 0.00	6.29 2.41	2.61 0.00	0.00 0.00	2.61 0.00	-0.20 8.90
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE CARAJAS IRON ORE GUARANTOR: BRAZIL		2196-0	08/10/82 08/13/82 11/12/82	04/15/86 10/15/97 11/16/84 12/31/87	304.50 0.00	142.62 145.39	161.88 0.00	0.00 0.00	161.88 0.00	-16.49 304.50
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL THIRD FEEDER ROADS		2224-0	12/21/82 12/21/82 06/21/83	07/15/87 01/15/96 11/28/84 12/31/89	154.00 0.00	131.97 20.01	22.03 0.00	0.00 0.00	22.03 0.00	-2.07 154.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 2ND DEVELOPMENT BANKING		2225-0	12/21/82 12/21/82 03/23/83	07/15/86 01/15/98 10/23/84 12/31/86	220.00 0.00	44.29 159.82	175.71 0.00	0.00 0.00	175.71 0.00	-15.85 220.00
BANCO NACIONAL OA HABITACAO WATER SUPPLY & SEWERAGE SECTOR GUARANTOR: BRAZIL		2249-0	03/22/83 03/30/83 07/27/83	11/15/86 05/15/98 11/28/84 09/30/89	302.30 0.00	221.34 76.34	80.96 0.00	0.00 0.00	80.96 0.00	-4.67 302.30
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL THIRD AGRO-INDUSTRIES CREDIT		2268-0	04/26/83 05/25/83 06/24/83	12/01/86 06/01/98 06/30/83 12/31/88	400.00 0.00	373.98 23.03	26.02 0.00	0.00 0.00	25.07 0.07	-2.99 400.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 2ND BAHIA RURAL DEVELOPMENT		2269-0	04/26/83 05/23/83 07/20/83	12/15/86 06/15/98 11/09/84 12/31/88	67.80 0.00	60.51 6.71	7.29 0.00	0.00 0.00	7.29 0.00	-0.58 67.80

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER [1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS [1]	EFFECTIVE UNDISBURSED [1] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD [11] 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT [1] EFFECTIVE LOANS HELD
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL TOWNS IMPROVEMENT		2343-0	08/23/83 05/15/87 10/05/83 03/15/84	11/15/98 12/31/87	52.70 0.00	48.73 3.62	3.97 0.00	0.00 0.00	3.97 0.00	-0.35 52.70
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL EXPORT DEVELOPMENT		2347-0	10/04/83 05/01/87 10/05/83 10/06/83	11/01/98 11/21/84 03/31/86	352.00 0.00	38.12 293.60	313.88 0.00	0.00 0.00	313.88 0.00	-20.28 352.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AGRICUL CREDIT & EXPORT DEV		2348-0	10/04/83 04/15/87 10/05/83 10/06/83	10/15/98 11/19/84 09/30/85	303.00 0.00	8.48 266.70	294.52 0.00	0.00 0.00	294.52 0.00	-27.82 303.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL NW REGION DEVELOPMENT PROGRAM		2353-0	10/25/83 06/15/87 11/03/83 02/22/84	12/15/98 12/31/89	65.20 0.00	61.02 3.74	4.18 0.00	0.00 0.00	4.18 0.00	-0.44 65.20
CENT. ELET. BRAS. S.A. ELETROBRAS II POWER DISTRIB GUARANTOR: BRAZIL		2364-0	12/08/83 08/15/87 12/14/83 05/21/84	02/15/99 06/30/89	250.60 0.00	227.95 20.71	22.65 0.00	0.00 0.00	22.65 0.00	-1.94 250.60
CENT. ELET. BRAS. S.A. RURAL ELECTRIFICATION GUARANTOR: BRAZIL		2365-0	12/08/83 08/15/87 12/14/83 03/20/84	02/15/99 11/13/84 06/30/90	222.80 0.00	199.86 20.69	22.94 0.00	0.00 0.00	22.94 0.00	-2.25 222.80
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL TECHNICIAN TRAINING		2366-0	12/08/83 07/15/87 12/14/83 04/19/84	01/15/99 11/15/84 06/30/88	20.00 0.00	18.45 1.51	1.55 0.00	0.00 0.00	1.55 0.00	-0.05 20.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL URBAN BASIC EDUCATION	2	2412-0	05/17/84 02/15/88 07/30/84	08/15/99 02/28/90	40.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL FEDERAL HIGHWAYS SECTOR		2446-0	06/21/84 12/15/87 07/30/84 11/30/84	06/15/99 06/30/89	210.00 0.00	209.48 0.52	0.52 0.00	0.00 0.00	0.52 0.00	0.00 210.00
STATE OF SAO PAULO SAO PAULO BASIC HEALTH CARE GUARANTOR: BRAZIL	10	2447-0	06/21/84 11/01/87	05/01/99 06/30/89	55.50 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: BRAZIL

BORROWER [1] PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS [1]	EFFECTIVE UNDISBURSED [1] BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD 3RD PARTY [11]	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT [*] EFFECTIVE LOANS HELD
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL NATL HEALTH POLICY STUDIES	10	2448-0	06/21/84	10/01/87 04/01/99 12/31/87	2.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
TOTALS FOR DISBURSING POOLED LOANS					4702.34 0.00	2770.66 1631.88	1834.18 0.00	46.78 0.00	1787.40 0.00	-155.52 4558.06
TOTALS FOR POOLED LOANS					4702.34 0.00	2770.66 1631.88	1834.18 0.00	46.78 0.00	1787.40 0.00	-155.52 4558.06
* * DISBURSING B-LOANS * *										
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE COFIN CARAJAS IRON ORE 2196 BR GUARANTOR: BRAZIL	16 17	B004-0	05/31/84 06/05/84	06/01/93 06/01/94 09/06/94	7.70 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
TOTALS FOR DISBURSING B-LOANS					0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
TOTALS FOR B-LOANS					0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00	0.00 0.00
COUNTRY TOTALS FOR ALL LOANS					9941.59 216.33	3454.82 3976.24	6172.95 45.83	1604.38 48.83	4522.74 0.00	-546.50 7977.56

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT

STATEMENT OF LOANS

EXPRESSED IN MILLIONS OF UNITED STATES DOLLARS
NOVEMBER 30, 1984

REGION: LATIN AMERICA & CARIBBEAN
COUNTRY: CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK

BORROWER ¹ PROJECT DESCRIPTION GUARANTOR	NOTES	LOAN NUMBER	APPROVAL DATE AGREEMENT DATE EFFECTIVE DATE	MATURITIES LAST DISB DATE CLOSING DATE	ORIGINAL PRINCIPAL CANCELLATIONS ¹	EFFECTIVE UNDISBURSED ³ BORROWER'S OBLIGATION	DISBURSED SOLD ³⁴ 3RD PARTY	REPAID IBRD REPAID 3RD PARTY	DUE IBRD DUE 3RD PARTY	EXCHANGE ADJUSTMENT ⁴ EFFECTIVE LOANS HELD
• • FULLY-DISBURSED NON-POOLED LOANS • •										
CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK GUARANTOR: CARIBBEAN DEV. BANK GUARANTORS		1233-0	03/30/76 04/20/76 06/07/76	08/01/79 02/01/04 06/07/83 06/30/83	17.00 1.43	0.00 11.70	15.57 0.00	1.86 0.00	13.71 0.00	-2.00 13.71
CARIBBEAN DEV. BANK - 3W CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK GUARANTOR: CARIBBEAN DEV. BANK GUARANTORS		1234-0	03/30/76 04/20/76 06/07/76	01/15/83 01/15/01 04/05/83 06/30/83	3.00 0.00	0.00 2.78	3.00 0.00	0.22 0.00	2.78 0.00	0.00 2.78
TOTALS FOR FULLY-DISBURSED NON-POOLED LOANS					20.00 1.43	0.00 14.48	18.57 0.00	2.08 0.00	16.49 0.00	-2.00 16.49
• • DISBURSING NON-POOLED LOANS • •										
CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK 2ND CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK GUARANTOR: CARIBBEAN DEV. BANK GUARANTORS		1775-0	12/11/79 01/09/80 02/20/80	08/01/85 02/01/00 11/09/84 12/31/84	23.00 0.00	9.00 13.09	14.00 0.00	0.00 0.00	14.00 0.00	-0.91 23.00
TOTALS FOR DISBURSING NON-POOLED LOANS					23.00 0.00	9.00 13.09	14.00 0.00	0.00 0.00	14.00 0.00	-0.91 23.00
TOTALS FOR NON-POOLED LOANS					43.00 1.43	9.00 27.57	32.57 0.00	2.08 0.00	30.48 0.00	-2.91 39.49
COUNTRY TOTALS FOR ALL LOANS					43.00 1.43	9.00 27.57	32.57 0.00	2.08 0.00	30.48 0.00	-2.91 39.49

APPENDIX D

The model used in the Brazilian debt projections presented in Section 4 explores the idea that if the quantity elasticities of Brazilian imports in relation to GDP as well as the quantity elasticities of Brazilian exports in relation to OECD output growth are known, the time pattern of Brazilian borrowing can be generated for each time pattern of domestic output growth and a given scenario for the evolution of OECD growth, international interest rates, Brazilian terms of trade and net direct investment.

In fact, if for each period t, t=0,1,...,n, one defines:

$X(t)$ - nominal value of exports in period t.

$M(t)$ - nominal value of imports in period t.

$p_x(t)$ - export prices growth rate in period t.

$p_m(t)$ - import prices growth rate in period t.

$g(t)$ - rate of growth of OECD output in period t.

$y(t)$ - rate of growth of Brazilian output in period t.

$\theta(t)$ - quantity elasticity of Brazilian exports relative to OECD growth in period t.

$\varepsilon(t)$ - quantity elasticity of Brazilian imports relative to domestic output in period t.

$ib(t)$ - average nominal interest rate (plus spread and fees) paid on outstanding net private debt at the end of period t.

$im(t)$ - average nominal interest rate charged on outstanding net official debt at the end of period t.

$IDL(t)$- net foreign direct investment in Brazil minus dividends paid abroad in period t.

102. Bacha, E. "Banco Mundial: Um Memorando Brasileiro".

103. Camargo, J.M. "Política de Renda e Ajuste Macroeconômico".

104. Lopes, F.L. "Novo Austral na Argentina".

anpec
associação nacional de centros de pós-graduação em economia

Obra publicada com a colaboração da ANPEC e o apoio financeiro do PNPE

PROGRAMA NACIONAL DE PNPE PESQUISA ECONÔMICA

k - net non-factor services as a proportion of total imports.

The balance of payments equilibrium condition in period t can be represented as:

$$X_o \prod_{j=1}^{t} (1+\theta(j).g(j) + p_x(j)) - M_o(1+k) \prod_{j=1}^{t} (1+\varepsilon(j)).y(j)+p_m(j)) -$$

$$- (ib(t)+1)\ D_b(t-1) - (i_m(t)+1)\ D_m(t-1) = (D_b(t) - D_b(t-1))) +$$

$$+ (D_m(t) - D_m(t-1)) + IDL(t).$$

Thus, given the initial values of private and official debt, equation (1) allows the iterative calculation of the time pettern of net financial requirements from official institutions for alternative scenarios defined as a set of parameters $\{\theta, g, p_x, p_m, \varepsilon, ib, im, Db, IDC\}$.Gross financial requirements were calculated by adding rescheduled amortization when needed. The amortization schedule for new debt contracted from official creditors in the form of both new money and rescheduled amortization was simulated as if these new loans would have average grace of three years and the amortization schedule applying to total Brazilian debt to official creditors in December 31, 1982.